

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
DEPARTAMENTO DE ÁREAS ACADÊMICAS
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

GESSIONE ALVES DA CUNHA

**TEORIA CRÍTICA FRANKFURTIANA, CONSERVADORISMOS NA EDUCAÇÃO
BRASILEIRA E FORMAÇÃO HUMANA**

Anápolis - GO
2023

GESSIONE ALVES DA CUNHA

**TEORIA CRÍTICA FRANKFURTIANA, CONSERVADORISMOS NA EDUCAÇÃO
BRASILEIRA E FORMAÇÃO HUMANA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Áreas Acadêmicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, campus Anápolis, como parte dos requisitos para obtenção do título de Licenciado em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Enrico Paternostro Bueno da Silva

Anápolis - GO

2023

Ficha catalográfica

Cunha, Gessione Alves da.

C972t Teoria crítica Frankfurtiana, conservadorismo na educação brasileira e formação humana. / Gessione Alves da Cunha. – Anápolis: IFG, 2023.
60 f.

Orientador: Prof. Dr. Enrico Paternostro Bueno da Silva. Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás: Campus Anápolis – Licenciatura em Ciências Sociais, 2023.

1. Teoria Crítica Frankfurtiana. 2. Theodor Adorno.
3. conservadorismos. 4. Educação Brasileira. 5. formação humana.

I. Silva, Enrico Paternostro Bueno da (orient.).

II. Título

CDD 370.12981

Documento assinado com sucesso.

Aguardando assinatura Público

ATA 108/2023 - ANA-DAA/CP-ANAPOLI/IFG

Visualização do Documento (0.02 MB)



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECN
CÂMPUS ANÁPOLIS

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO E DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, às dezoito horas e trinta minutos, do Instituto Federal de Goiás, câmpus Anápolis, foi realizada a sessão pública de apresentação e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso do Graduando **Gessione Alves da Cunha** (matrícula 20212060090010) do curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

A banca foi composta pelos seguintes membros: Prof. Dr. Enrico Paternostro Bueno da Silva, Profa. Dra. Claudia Helena dos Santos Araujo e Prof. Ms. Daniel Silva Barbosa, sob a presidência do primeiro. O trabalho de conclusão de curso tem como título **“Teoria Crítica frankfurtiana, conservadorismos na educação brasileira e formação humana”**, da área de Ciências Sociais, sob orientação do Prof. Dr. Enrico Paternostro Bueno da Silva. Após a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso, tendo sido o autor arguido pela Banca Examinadora, a nota obtida foi 10,0, sem correções obrigatórias indicadas pela banca.

Eu, Prof. Dr. Enrico Paternostro Bueno da Silva, dato e assino a presente ata que segue assinada por todos os membros da Banca e pelo graduando.

(assinado eletronicamente)

Dados Gerais

Tipo: Ata

Modelo: Ata para Defesa de Trabalho de Conclusão de Curso

Processos nos quais está incluído e ativo

Documentos Vinculados

Interessados

Revisores

Registro de Ações

-

Página(s): Total de 5 itens

14/12/2023 08:53:37



Assinatura por Gessione Cunha

Documento assinado por Gessione Cunha (20212060090010)

14/12/2023 08:34:42



Assinatura por Claudia Araujo

Documento assinado por Claudia Araujo (1935140)

13/12/2023 21:08:35



Assinatura por Enrico Bueno

Documento assinado por Enrico Bueno (1162504)

13/12/2023 21:08:22



Edição por Enrico Bueno

antes de assinar ou rejeitar solicitação de assinatura balizadora.

13/12/2023 21:06:54



Criação por Enrico Bueno

-

Página(s): Total de 5 itens

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO NO REPOSITÓRIO DIGITAL DO IFG - ReDi IFG

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Digital (ReDi IFG), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IFG.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| ☐ Tese | ☐ Artigo Científico |
| ☐ Dissertação | ☐ Capítulo de Livro |
| ☐ Monografia – Especialização | ☐ Livro |
| ☒ TCC - Graduação | ☐ Trabalho Apresentado em Evento |
| ☐ Produto Técnico e Educacional - Tipo: _____ | |

Nome Completo do Autor:

Matrícula:

Título do Trabalho:

Autorização - Marque uma das opções

1. ☒ Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso aberto);
2. ☐ Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG somente após a data ____/____/____ (Embargo);
3. ☐ Não autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso restrito).

Ao indicar a opção **2 ou 3**, marque a justificativa:

- ☐ O documento está sujeito a registro de patente.
☐ O documento pode vir a ser publicado como livro, capítulo de livro ou artigo.
☐ Outra justificativa: _____

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

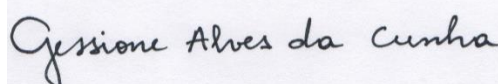
O/A referido/a autor/a declara que:

- i. o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- ii. obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- iii. cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Anápolis, 07/02/2025.

Local

Data



Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, José Corsino da Cunha (*in Memoriam*) e Vilma Magalhães da Cunha. Eles mudaram suas trajetórias de vida para que meu caminho acadêmico fosse possível. Aprendi, com eles, o interesse e o amor à política e pelas causas sociais. Com eles, entrei, pela primeira vez, em um sindicato, o dos trabalhadores rurais de Pirenópolis-GO. Apesar da simplicidade e escassa formação acadêmicas, eles foram os primeiros cientistas políticos que eu li. Foi uma leitura empírica! Assim, com esta pesquisa, estou fundamentando a leitura de mundo que eles me ensinaram a fazer. Gratidão eterna!

AGRADECIMENTOS

Ao querido orientador, Prof. Dr. Enrico Bueno, por toda a jornada acadêmica, pelas contribuições e acompanhamento.

Aos professores da banca, Profa. Dra. Cláudia Helena dos Santos Araújo e Prof. Me. Daniel Silva Barbosa, que tomaram parte do seu precioso tempo para contribuírem com esta pesquisa.

Aos demais professores do Instituto Federal de Goiás que ao longo do curso contribuíram imensamente para a minha formação.

Aos colegas, alguns se tornaram amigos, que compartilharam horas de dedicação comigo na apreensão das Ciências Sociais.

Por fim, um reconhecimento especial a todos os profissionais da educação, a todos os servidores e as servidoras do Instituto Federal de Goiás. Muito obrigado pelo que fazem, muitas vezes silenciosamente, pelo bom andamento da nossa formação acadêmica!

“Não existe uma distinção válida entre “mudar para trás” e “mudar para a frente”. Mudança é mudança; a história não se retrai nem se repete”; e toda mudança se afasta do *status quo*. À medida que o tempo passa, o ideal do reacionário distancia-se cada vez mais de qualquer sociedade real que tenha existido no passado. O passado é romantizado e, no fim, o reacionário acaba por defender o regresso a uma Idade de Ouro idealizada que nunca de fato existiu. Ele torna-se indistinguível de outros radicais, e normalmente exhibe todas as características da psicologia radical” (Huntington, 1957, p. 460).

RESUMO

CUNHA, Gessione Alves da. **Teoria Crítica frankfurtiana, conservadorismos na educação brasileira e formação humana**. 2023. 58f. Trabalho de Conclusão de Curso - Licenciatura em Ciências Sociais - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Anápolis, 2023.

Esta pesquisa, de cunho bibliográfico e teórico, está fundamentada no arcabouço teórico da Teoria Crítica frankfurtiana, especialmente no pensamento de Theodor Adorno. Objetiva discutir a educação brasileira e a formação humana em interface com o pensamento conservador liberal, ou neoliberal, sob a perspectiva da Teoria Crítica. Assim, a pesquisa se desenvolve em três capítulos inter-relacionados. O primeiro capítulo tenciona abordar a trajetória histórica da Escola de Frankfurt, destacando as contribuições essenciais de Adorno à Teoria Crítica e a interseção entre educação e conservadorismo. O segundo trata dos fundamentos sócio- históricos-filosóficos da categoria conservadorismo, bem como seu percurso histórico. Examina, outrossim, os aspectos do novo radicalismo de direita, proporcionando uma compreensão mais abrangente dessas dinâmicas contemporâneas no Brasil. No terceiro capítulo há um balanço das condições gerais da educação no Brasil neoliberal e apresenta os conceitos adornianos de emancipação e barbárie. Conclui-se que há um imperativo categórico de lutar por uma educação que objetive a formação humana de sujeitos críticos e autônomos, para que não se repitam acontecimentos bárbaros de passados recentes.

Palavras-chave: Teoria Crítica frankfurtiana. Theodor Adorno. Conservadorismos. Educação brasileira. Formação humana.

ABSTRACT

This bibliographical and theoretical research is grounded in the theoretical framework of the Frankfurt School's Critical Theory, particularly in the ideas of Theodor Adorno. Its aim is to discuss Brazilian education and human formation in connection with liberal or neoliberal conservative thought, from the perspective of Critical Theory. Thus, the research unfolds in three interconnected chapters. The first chapter intends to address the historical trajectory of the Frankfurt School, highlighting Adorno's essential contributions to Critical Theory and the intersection between education and conservatism. The second chapter delves into the socio-historical-philosophical foundations of the conservatism category, as well as its historical development. It also examines aspects of the new right-wing radicalism, providing a comprehensive understanding of these contemporary dynamics in Brazil. The third chapter provides an assessment of the general conditions of education in neoliberal Brazil and presents Adorno's concepts of emancipation and barbarism. It concludes that there is a categorical imperative to strive for education aimed at the human formation of critical and autonomous subjects, to prevent the recurrence of barbaric events from recent pasts.

Keywords: Frankfurt School. Critical Theory. Theodor Adorno. Conservatism. Brazilian education. Human formation.

RESUMEN

Esta investigación bibliográfica y teórica se fundamenta en el marco teórico de la Teoría Crítica de la Escuela de Frankfurt, especialmente en el pensamiento de Theodor Adorno. Su objetivo es discutir la educación brasileña y la formación humana en conexión con el pensamiento conservador liberal (neoliberalismo), desde la perspectiva de la Teoría Crítica. Así, la investigación se desarrolla en tres capítulos interconectados. El primer capítulo tiene la intención de abordar la trayectoria histórica de la Escuela de Frankfurt, destacando las contribuciones esenciales de Adorno a la Teoría Crítica y la intersección entre educación y conservadurismo. El segundo capítulo profundiza en los fundamentos sociohistóricos-filosóficos de la categoría del conservadurismo, así como en su desarrollo histórico. También examina aspectos del nuevo radicalismo de derecha, proporcionando una comprensión integral de estas dinámicas contemporáneas en Brasil. El tercer capítulo realiza un balance de las condiciones generales de la educación en el Brasil neoliberal y presenta los conceptos adornianos de emancipación y barbarie. Se concluye que hay un imperativo categórico de luchar por una educación orientada a la formación humana de sujetos críticos y autónomos, para evitar la repetición de eventos bárbaros de pasados recientes.

Palabras clave: Teoría Crítica de la Escuela de Frankfurt. Theodor Adorno. Conservadurismos. Educación brasileña. Formación humana.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 TEORIA CRÍTICA: THEODOR ADORNO E A ESCOLA DE FRANKFURT	14
1.1 Pontuações sobre a Teoria Crítica frankfurtiana: perspectivas históricas	14
1.2 Contribuições Fundamentais de Theodor Adorno à Teoria Crítica.....	17
1.3 Educação e conservadorismo: sob a perspectiva da Teoria Crítica.....	20
2 SOBRE OS CONSERVADORISMOS: FUNDAMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS-FILOSÓFICOS	24
2.1 A construção de uma categoria: trajetória histórica	24
2.2 Conservadorismo e neoconservadorismo no Brasil.....	31
2.3 Aspectos do novo radicalismo de direita.....	36
3 ASPECTOS HISTÓRICOS SOBRE OS CONSERVADORISMOS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	41
3.1 Balanço das condições gerais da educação no Brasil neoliberal.....	41
3.2 Adorno e a educação brasileira na contemporaneidade: limites e possibilidades	49
3.3 Educação e Formação Humana: emancipação versus barbárie.....	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS.....	57

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, de cunho bibliográfico e teórico, objetiva compreender o pensamento conservador a partir de autores conservadores, críticos e intérpretes desta ideologia, em interface com a educação brasileira, sob a perspectiva de Teoria Crítica frankfurtiana. Para tanto, divide-se em três partes. A primeira parte pontua sobre a Teoria Crítica frankfurtiana, suas perspectivas históricas, representando-a como uma abordagem perspicaz e inovadora na compreensão das dinâmicas sociais, culturais e políticas. Este capítulo traz a contribuição singular de Theodor Adorno para a Teoria Crítica, destacando seus conceitos fundamentais e sua abordagem crítica à sociedade contemporânea.

A segunda busca traçar a trajetória histórica do conservadorismo como categoria de pensamento filosófico e político. Além disso, enfatiza que há diversos conservadorismos como fatos históricos, constituindo-se numa rica fonte de reflexão sobre a ordem política na modernidade. Distingue, ademais, o conservadorismo do reacionarismo, trazendo à tona a abordagem política do tema nas perspectivas psicológica, sociológica ou antropológica.

A terceira recorta a temática do conservadorismo para a realidade brasileira. O conservadorismo, historicamente, presente no Brasil contemporâneo¹, como defesa do poder vigente, entra em uma nova fase, isto é, a do neoconservadorismo, ou conservadorismo liberal, o neoliberalismo. O modelo estadunidense é aplicado ao Brasil com peculiaridades próprias desta nação, de modo especial a presença na economia de uma herança escravocrata e rural. Assim como lá, a religião, particularmente o neopentecostalismo protestante, torna-se um elemento determinante das bandeiras conservadoras no Brasil.

Por último, busca apontar os impactos trazidos pelo conservadorismo à educação pública brasileira, apresentando algumas investidas feitas pelo neoconservadorismo neoliberal para monopolizar os rumos da educação, bem como diversos agentes sociais (individuais ou articulados em fundações) para realizarem as aspirações do mercado no campo da educação. Apresenta, por fim, a educação e a

¹ Etimologicamente, o termo contemporâneo deriva do latim *contemporaneum* com o seguinte sentido: “Adj. Que é do mesmo tempo, que vive na mesma época (particularmente a época em que vivemos). S.m. Indivíduo do mesmo tempo ou do nosso tempo” (Ferreira, 2005, p. 535).

formação humana, na perspectiva adorniana, como contraposição à barbárie imperante na sociedade contemporânea, sobretudo a brasileira.

1 TEORIA CRÍTICA: THEODOR ADORNO E A ESCOLA DE FRANKFURT

Este capítulo objetiva conhecer o percurso histórico da Teoria Crítica frankfurtiana, a contribuição específica de Theodor Ludwig Wiesengrund-Adorno (1903-1969) para as pesquisas sociais da Escola de Frankfurt ², bem como a perspectiva da Teoria Crítica sobre as categorias educação e conservadorismo, considerando-as como processos sócio-históricos, político-econômicos, culturais e filosóficos.

Explora-se suas pontuações históricas que delineiam o contexto e as origens dessa abordagem filosófica. Ao aprofundar nas raízes da Teoria Crítica, examina-se as influências e os momentos-chave que deram forma a essa perspectiva única. Destaca-se, em seguida, as contribuições fundamentais de Theodor Adorno, um dos pilares fundantes da Escola de Frankfurt, cujo pensamento profundo e provocador deixou uma marca indelével na Teoria Crítica. Analisa-se os conceitos e as ideias que Adorno trouxe à tona, proporcionando uma compreensão mais aprofundada da riqueza intelectual dessa corrente de pensamento.

Posteriormente, explora-se a interseção entre educação e conservadorismo sob a perspectiva da Teoria Crítica. Investiga-se como essa corrente crítica aborda as dinâmicas educacionais, lançando luz sobre as relações entre o processo educacional e as forças conservadoras presentes na sociedade, buscando, assim, uma compreensão abrangente da Teoria Crítica frankfurtiana, com foco especial nas perspectivas históricas, nas contribuições de Theodor Adorno e na análise crítica da educação sob o prisma desta escola de pensamento singular.

1.1 Pontuações sobre a Teoria Crítica frankfurtiana: perspectivas históricas

O Instituto de Pesquisa Social, posteriormente denominado de Escola de Frankfurt, consistiu em um esforço elaborado por intelectuais que marcaram com suas análises crítico-reflexivas, indelévelmente, o século XX. O *Institut* surgiu em resposta

² Escola de Frankfurt (em alemão: *Frankfurter Schule*) é uma escola (ou vertente) de teoria social e filosófica fundada em 1923, particularmente associada ao Instituto para Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt, na Alemanha. A escola inicialmente consistia de cientistas sociais marxistas dissidentes que acreditavam que alguns dos seguidores de Karl Marx haviam se tornado repetidores de uma limitada seleção de ideias de Marx, usualmente em defesa dos partidos comunistas ortodoxos.

às limitações percebidas pelos seus primeiros membros no tocante à idealização da teoria marxista, devido à sua ortodoxia, em especial, no contexto alemão, durante o tumultuado desenvolvimento das sociedades capitalistas na segunda década do século XX. Esses pensadores, críticos tanto do capitalismo quanto do socialismo soviético, reconheceram que a teoria marxista ortodoxa não conseguia explicar adequadamente os acontecimentos imprevisíveis dessa época. Nesse sentido, objetivaram não somente estabelecer esse enfrentamento, mas além disso confrontar radicalmente a sociedade burguesa³ da época (Jay, 2008).

Diante disso, entende-se que esses intelectuais, prolíficos em seus escritos, buscaram outras alternativas e propuseram um caminho distinto para o desenvolvimento social. Para superar as lacunas identificadas no marxismo ortodoxo, os membros do Instituto de Pesquisa Social adotaram uma abordagem ampla, ou, na perspectiva de Jay (2008), interdisciplinar, aderindo a abordagens de diversas áreas do conhecimento, sob um viés ensaístico e sociológico antipositivista, psicanalítico e filosófico-político. Essa perspectiva interdisciplinar – funcionando como um fio condutor de abordagem crítica – permitiu-lhes analisar criticamente as complexidades sociais, oferecendo uma visão mais abrangente e tensionadora frente aos desafios constantes daquele período histórico.

A característica interdisciplinar desses proeminentes membros da Escola de Frankfurt advém da tarefa de assimilarem e integrarem pensadores modernos, tais como: Immanuel Kant (1724-1804), Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), Karl Marx (1818-1883), Sigmund Freud (1856-1939), Georg Simmel (1858-1918), Georg Lukács (1885-1971) e Max Weber (1864-1920).

Inspirados por Marx, esses teóricos compartilhavam uma preocupação com as condições propícias para mudanças sociais e a formação de instituições racionais. A ênfase distintiva no componente ‘crítico’ dessa teoria originou-se da tentativa de ela buscar transcender as limitações do positivismo, bem como do idealismo, do materialismo ortodoxo e do determinismo, recorrendo, para isso, à filosofia crítica de Kant, Hegel e Marx. Nesse contexto, a filosofia de Hegel desempenhou um papel central, com sua ênfase na dialética e na contradição como propriedades intrínsecas

³ Em uma nota à edição inglesa do “Manifesto do Partido Comunista” de 1888, no capítulo denominado “Burgueses e Proletários”, Engels (2011, p. 45) assim define a burguesia: “Por burguesia entende-se a classe dos capitalistas modernos, que são proprietários dos meios de produção social e empregam trabalho assalariado”. Esclarece-se que este é o sentido de burguesia que se adota no presente texto.

da realidade, moldando de maneira significativa a abordagem crítica adotada pela Escola de Frankfurt (Jay, 2008).

Pode-se elencar como representantes da Escola de Frankfurt, para além das controvérsias dos críticos e historiadores, os seguintes pensadores, assim chamados de membros originais: Max Horkheimer (1895-1973); Theodor Adorno (1903-1969); Herbert Marcuse (1898-1979); Erich Fromm (1900-1980); Friedrich Pollock (1894-1970); Otto Kirchheimer (1905-1965) e Leo Lowenthal (1900-1993). Houve uma segunda geração de integrantes, na qual se destacam: Jürgen Habermas (1929-); Franz Neumann (1900-1954); Oskar Reinhard Negt (1934-); Alfred Schmidt (1931-2012); Albrecht Wellmer (1933-2018); Axel Honneth (1949-). E, finalmente, há de se citar pessoas que foram temporariamente associadas: Walter Benjamin (1892-1940); Karl August Wittfogel (1896-1988) e Ernst Bloch (1885-1977).

A Escola de Frankfurt destacou-se por sua abordagem contrária ao marxismo oficial dos partidos comunistas, influenciados inicialmente por Marx, Engels e Lênin. Distanciaram-se da crença de que o proletariado cumpriria sua missão histórica e criticaram a degradação da teoria em estratégias política e ideológica. Os pesquisadores do *Institut* ressaltaram em suas obras a insuficiência da crítica à economia política, distinguindo exploração de dominação. Questionaram conceitos iluministas como razão⁴ e progresso, alertando para a funcionalidade da razão na ordem burguesa. Compartilharam a crítica à racionalidade técnica com Heidegger, enfatizando que a dominação da natureza é também a dominação dos homens, e incorporaram percepções de Freud para entender a natureza regressiva da cultura (Jay, 2008). Ainda, para o historiador (2008, p. 58):

Convém enfatizar que a teoria crítica, tal como articulada por alguns membros do Institut, continha importantes críticas implícitas à maneira como os soviéticos justificavam ideologicamente os seus atos. Embora a maioria das figuras já mencionadas da história inicial do Institut [...] não se preocupassem com o reexame dos fundamentos do marxismo, tarefa a que Horkheimer se dedicava cada vez mais, ele não ficou inteiramente sem aliados.

Outrossim, anteciparam o impacto da indústria cultural na destruição das subjetividades, defendendo, contudo, o papel crucial da arte contra a barbárie. Estudaram autoridade, família e preconceito, denunciando a formação de uma ‘sociedade unidimensional’ geradora de servidão voluntária. Investigaram, ainda, as

⁴ Explicar o conceito de racionalidade instrumental

razões pelas quais as revoluções não cumpriram suas promessas. Todas estas ideias se encontram nas obras fundamentais produzidas naquele período, como: *Teoria tradicional e teoria crítica* (1937); *Dialética do esclarecimento* (1947); *Eclipse da razão* (1947); *A personalidade autoritária* (1950); *Minima Moralia* (1951); *Eros e civilização* (1955) e *A ideologia da sociedade industrial* (1964), entre outras tantas (Jay, 2008).

Na encruzilhada tumultuada que se apresentou aos intelectuais alemães no período pós-Primeira Guerra Mundial, o dilema tornou-se inescapável: apoiar os socialistas moderados e a emergente República de Weimar, evitando a revolução e rejeitando a experiência russa, ou, alternativamente, alinhar-se a Moscou, aderir ao recém-fundado Partido Comunista da Alemanha e trabalhar ativamente para minar as conciliações burguesas de Weimar. Os pensadores da Escola de Frankfurt adotaram uma postura crítica em relação a ambas as opções.

Conscientes dos perigos inerentes à acomodação moderada e à radicalização soviética, os frankfurtianos desafiaram a dicotomia simplista, promovendo uma análise penetrante das complexidades políticas e sociais. Sua crítica incisiva não apenas revelou as limitações das abordagens convencionais, mas também sinalizou a necessidade de uma reflexão mais profunda e contextualizada sobre as dinâmicas em jogo na República de Weimar. Evidentemente que a Escola de Frankfurt oferece uma perspectiva valiosa e crítica sobre o dilema enfrentado pelos intelectuais alemães, apontando para a necessidade de uma abordagem mais matizada diante dos desafios políticos do período. Assim, haveria outros muitos dados a serem discutidos na perspectiva histórica da Escola de Frankfurt. Contudo, passa-se, em seguida, a analisar as contribuições de um dos proeminentes intelectuais da Escola de Frankfurt, cujas reflexões norteiam o método dessa pesquisa.

1.2 Contribuições Fundamentais de Theodor Adorno à Teoria Crítica

De acordo com os relatos de Jay (2008), Adorno foi o intelectual que mais se identificou com o direcionamento do *Institut*, ao qual se vinculou oficialmente em 1938. Estudou profundamente a *Crítica da razão pura*, de Kant, daí originou sua desconfiança nos sistemas fechados e o hábito de enfatizar o particular em contradição com o universal: “No cerne da Teoria Crítica havia uma aversão aos sistemas filosóficos fechados. Apresentá-la como um destes, portanto, distorceria seu caráter essencialmente aberto, investigativo e inacabado” (Jay, 2008, p. 83). No

entanto, Adorno conciliava uma rigorosa mentalidade filosófica com sensibilidade mais estética do que científica. Aprofundou-se ainda na estética de Søren Kierkegaard (1813-1855), sua tese doutoral, e na fenomenologia de Edmund Husserl (1859-1938) sua dissertação. Adorno, portanto, obteve ao longo da vida uma esmerada formação, incluindo a música e a psicologia. Nunca abandonou seu elitismo cultural. Para o historiador Wiggershaus (2002, p. 99): “tudo isso se reuniu para fazer de Adorno um jovem prodígio poupado pela guerra, a política e a vida profissional, uma “planta de estufa” segundo um aforismo sobre ele próprio que consta dos *Minima Moralia*”.

Ao procurar um aspecto em comum que conecte as biografias dos membros do *Institut* o que aparece é o fato de terem nascido em famílias judias de classes média e alta. Tal fato trouxe consequências sombrias com a chegada dos nazistas ao poder, em 1933 (Jay, 2008). Contudo, essa conjectura não impediu os intelectuais frankfurtianos de serem críticos ao sistema capitalista vigente e, até mesmo, contra o regime totalitário nazista: “Os movimentos fascistas podem ser descritos como a ferida, a cicatriz de uma democracia, a qual até hoje não alcançou, não esteve completamente à altura de seu próprio conceito” (Adorno, 2019, p. 18).

Adorno, como expoente da Teoria Crítica, foi crítico a outros pensadores e escolas filosóficas. Desenvolveu seu pensamento através da dialética e do pensamento constelar⁵. Dialogou com diversas correntes de pensamento, aplicando a Teoria Crítica para elucidar os fenômenos sociais da sua época (Jay, 2008). Para ilustrar a novidade da contribuição do pensamento de Adorno, explica-se abaixo o que ele entendia por constelação de conceitos:

No pensamento de Adorno, uma vez que os conceitos não são progressivamente encadeados, de forma que, por meio de etapas alcancem o universal, eles se configuram em constelação, com a finalidade de iluminar o que há de específico no objeto, em sua singularidade. Para o filósofo, perceber o objeto em sua constelação implica conhecer o processo que ele historicamente acumulara, significa decifrar o que a coisa traz em si enquanto história sedimentada, não como algo estático e dado, mas enquanto algo que veio a ser. As constelações propõem abandonar as estruturas de pensamento herdadas do idealismo, ao apontar para uma experiência filosófica inteiramente outra, visto que busca em suas configurações reconhecer os processos materiais sedimentados nos objetos particulares que compõem os arranjos conceituais (França, 2022, n.p).

⁵ Apresenta-se uma definição de pensamento constelar nas palavras do próprio Adorno: “[a]s constelações só representam de fora aquilo que o conceito amputou no interior, o mais que ele quer ser tanto quanto ele não o pode ser. Na medida que os conceitos se reúnem em torno da coisa a ser conhecida, eles determinam potencialmente seu interior, alcançam por meio do pensamento aquilo que o pensamento necessariamente extirpa de si” (Adorno, 2009, p. 141).

Portanto, no pensamento de Adorno, a progressão linear de conceitos é substituída pela ideia de constelação. Nesse contexto, os conceitos não se conectam de maneira linear para atingir o universal, mas formam uma constelação que destaca a singularidade do objeto. Para Adorno (2009) compreender um objeto em sua constelação significa reconhecer o processo histórico que o moldou, interpretando-o como uma história sedimentada. Isso implica abandonar as estruturas de pensamento idealistas e adotar uma abordagem filosófica que busca reconhecer os processos materiais presentes nos objetos específicos que compõem os arranjos conceituais. Em vez de ver as coisas como entidades estáticas, a ênfase está na compreensão do que elas se tornaram ao longo do tempo. Adorno propõe uma experiência filosófica distinta, que transcende as abordagens tradicionais do idealismo.

Adorno, apropriando-se criticamente do legado dialético de Hegel e Marx, confrontou o método tradicional de ciência, bem como o modo cartesiano de se pensar os objetos investigados. Trouxe à luz a crítica da cisão entre objeto e sujeito. A idealização do método foi duramente combatida pelo frankfurtiano. Para ele, teoria e práxis são inseparáveis, sem deixar de serem contraditórias. O subjetivismo de outrora é objeto, igualmente, da crítica do pensador. A explicação a seguir elucida o problema:

[...] passaram a acreditar que o verdadeiro perigo não estava naqueles que exageravam a ênfase na subjetividade e na individualidade, e sim nos que procuravam eliminá-las por completo, sob a bandeira de uma falsa totalidade. Esse medo levaria Adorno a escrever, em uma frase freqüentemente *[sic]* citada de *Minima Moralia*, que “o todo é o não-verdadeiro” (Jay, 2008, p. 95).

Outro mérito de Adorno, na leitura de Jay (2008), foi o de integrar a filosofia à análise social. Assim, “tal como aquela primeira geração de teóricos críticos, seus membros [da Escola de Frankfurt] interessaram pela integração da filosofia à análise social” (Jay, 2008, p. 85).

Em suma, as contribuições de Theodor Adorno à Teoria Crítica são de importância inestimável, destacando-se por sua abordagem única e profunda na análise da sociedade e da cultura. A ênfase na constelação de conceitos em detrimento da progressão linear revela uma perspectiva que desafia as estruturas de pensamento convencionais, propondo uma compreensão mais rica e contextualizada dos objetos e fenômenos.

Adorno instiga, outrossim, a superação das limitações do idealismo, conduzindo a uma experiência filosófica que reconhece os processos materiais e históricos sedimentados nos arranjos conceituais. Sua crítica incisiva à sociedade industrializada e à cultura de massa destaca-se como uma análise perspicaz e relevante, proporcionando perspectivas profundas sobre as complexidades da alienação e da reificação na contemporaneidade. Ao desafiar a estática concepção das coisas e enfatizar a compreensão dinâmica e evolutiva dos objetos, Adorno deixa um legado marcante que continua a inspirar e enriquecer o pensamento crítico na contemporaneidade. Suas contribuições, ao promoverem uma visão crítica e reflexiva da sociedade, permanecem como um guia valioso para aqueles que buscam compreender as complexidades e desafios do mundo moderno.

Um desafio contemporâneo é o campo educacional e seus embates sociopolíticos. A educação, em interface com o pensamento conservador, radical e até mesmo extremista, pode ser melhor analisada e compreendida sob a perspectiva da Teoria Crítica. Eis o intento do item subsequente.

1.3 Educação e conservadorismo: sob a perspectiva da Teoria Crítica

No cenário contemporâneo da educação, o diálogo entre a prática educacional e as diferentes correntes ideológicas ganha destaque, sendo o conservadorismo uma vertente que desperta crescente atenção, debate e preocupação por parte daqueles educadores que almejam uma formação emancipadora do indivíduo. Explora-se, aqui, a interseção entre educação e conservadorismo, delimitando sua análise sob a perspectiva da teoria crítica. O autor selecionado como principal representante da Teoria Crítica nesta pesquisa, Adorno, não escreveu nenhuma obra especificamente direcionada à educação. Encontra-se, sobretudo, em suas entrevistas radiofônicas, posteriormente editadas e publicadas, sua visão teórica a respeito da formação e da educação. Há ainda ensaios nos quais o autor trata especificamente da educação. Pucci (2021) traça um excelente compêndio das obras adornianas acerca da educação:

Assim, por exemplo, na coletânea *“Palavras e Sinais: modelos críticos”*, constituída por ensaios, há dois que analisam problemáticas educacionais e merecem ser destacados: *“A educação após Auschwitz”* e *“Tabus que pairam sobre a profissão de ensinar”*. Do mesmo modo, na coletânea *Sociológica*, organizada e escrita por Adorno em parceria com Horkheimer, há um ensaio,

do próprio Adorno, fundamental para se entender o que ele pensa sobre a educação, denominado “Teoria da Semicultura. Em 1995, Wolfgang Leo Maar, professor da UFSCar, traduziu um conjunto de conferências e entrevistas de Adorno, sobre a educação, e publicou-as no livro “*Educação e Emancipação*”: são elas: “O que significa elaborar o passado”, “A filosofia e os professores”, “Televisão e formação”, “Tabus acerca do magistério”, “Educação após Auschwitz”, “Educação — para quê?”, “A educação contra a barbárie”, “Educação e Emancipação” (Pucci, 2021, p. 66-67).

A convergência dos elementos abordados por Adorno em suas obras sobre a educação proporciona uma perspectiva singular para compreender as dinâmicas presentes no campo educacional, onde as relações de poder, a reprodução social e as estruturas de dominação se entrelaçam de maneira complexa. Assim, ao adotar uma abordagem crítica, propõe-se uma análise aprofundada das tensões, contradições e possíveis caminhos emancipatórios que permeiam o encontro entre Educação e Conservadorismo, visando contribuir para uma compreensão mais abrangente e reflexiva sobre os desafios contemporâneos no âmbito educacional.

Ainda segundo Pucci (2021), Adorno advertiu no texto “Educação após Auschwitz” que os condicionantes que embasaram o horror do holocausto pairavam sobre a civilização industrializada e que a sociedade não está isenta de passar por situações análogas.

Observa-se em ascensão no Brasil uma ‘nova onda’ de conservadorismo. Esse tema será tratado mais amplamente no segundo capítulo desta pesquisa. Apesar de a sociedade brasileira possuir ao longo de sua história uma marca conservadora, há em curso um novo radicalismo de direita, que, segundo Adorno *et al.* (2019), vai de mãos dadas com a personalidade autoritária. Tal personalidade é produto final de um processo social e histórico mediado pela educação, ou a falta dela. O radicalismo apontado pelos frankfurtianos traz consigo traços fascistas. O fascismo é descrito por eles como a verdade da sociedade moderna (Adorno; Horkheimer, 1985). A educação é um campo de frequentes disputas políticas e ideológicas. Nesse embate dialético, observou-se algumas conquistas dos conservadores nos últimos tempos, entre elas estão: militarização de escolas públicas, avanço da discussão e legislação do *homeschooling*, o Projeto de Lei da Escola sem Partido e um longo etc.

A insistência na catástrofe da educação pública brasileira se assemelha à agitação fascista já operada noutros períodos históricos. A advertência alarmante de perigos iminentes para, na sequência, autoproclamações de soluções infalíveis é um fenômeno que se repete na argumentação dos defensores e propaladores do modelo

de colégios cívico-militares – assim como outras escolas que não sejam públicas, gratuitas, laicas e de boa qualidade – como solução final para a educação pública. Normalmente não querem nem buscam a transformação da base social (Adorno *et al.*, 2019), mas a manutenção e a conservação de privilégios de classe. Esse comportamento mental, de base arcaica profunda, já foi descrito por Adorno (2015a) na obra ‘Antissemitismo e propaganda fascista’, de 1946.

As categorias analisadas pelos frankfurtianos auxiliam na análise dos avanços (ou retrocessos) no campo educacional por parte de um setor conservador – ou radical de direita – no cenário educacional atual. Através do conceito de ‘reprodução social’ a Escola de Frankfurt examina como as instituições educacionais podem contribuir para a reprodução de estruturas sociais existentes, perpetuando desigualdades e hierarquias presentes na sociedade. Ao tratarem de ‘ideologia’, os teóricos frankfurtianos exploram como ela é transmitida e internalizada no contexto educacional, destacando como certas visões de mundo são legitimadas e mantidas por meio do sistema educacional.

Da mesma maneira, O termo ‘cultura de massa’ foi cunhado por Adorno e Horkheimer na obra ‘Dialética do esclarecimento’. A categoria de análise relativa à cultura de massa e seu impacto na educação é de grande relevância. Isso abrange a maneira como os meios de comunicação e a cultura popular podem modelar a percepção, valores e atitudes individuais, exercendo uma influência significativa no desenvolvimento do processo educacional.

O termo ‘alienação’ investiga como a educação pode contribuir para a alienação dos indivíduos, especialmente no contexto de uma sociedade industrializada, onde as relações entre produção e consumo desempenham um papel crucial. No mesmo sentido, ‘emancipação’, contrapondo a alienação, os teóricos frankfurtianos também discutem a possibilidade de emancipação por meio da educação. Eles exploram como a esta pode ser um instrumento para a conscientização crítica e a transformação social.

A crítica da razão instrumental focaliza a racionalidade instrumental, destacando que, frequentemente, a educação segue uma lógica voltada para eficiência e controle, prejudicando a promoção da reflexão crítica e da busca por um entendimento mais profundo.

Conclui-se com Pucci (2022, p. 71) que:

o pensamento adorniano pode ser compreendido como uma práxis negativa da educação, pois permite, a partir do acompanhamento crítico do fracasso das formas históricas educacionais, em especial de sua configuração contemporânea, indagar sobre a possibilidade de sua realização nos dias de hoje, numa situação em que todo o conhecimento se vê marcado pela mesma deformação da sociedade que ele investiga. Nesse sentido, apesar de sua indigência, ele se transforma em uma práxis crítica, instiga o sujeito pensante a intervir no processo histórico da realização das configurações educacionais, a examinar por dentro seus fracassos, suas causas, as possibilidades presentes e estabelecer eixos que norteiem a construção de ensaios pedagógicos e formativos, bem como instrumentos críticos para acompanhar essas tentativas.

Essas categorias oferecem uma base conceitual para uma análise crítica da educação, destacando as dimensões sociais, políticas e culturais que influenciam e são influenciadas pelo sistema educacional.

2 SOBRE OS CONSERVADORISMOS: FUNDAMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS-FILOSÓFICOS

O presente capítulo tenciona possibilitar uma imersão na complexa interseção entre a Teoria Crítica frankfurtiana e os matizes históricos do conservadorismo no contexto da educação brasileira. Ao se destacar a relevância intrínseca da Teoria Crítica como arcabouço teórico-metodológico de análise e compreensão histórico filosófica, almeja-se mapear como os conservadorismos, tanto em sua dimensão política quanto cultural, têm se manifestado e entrelaçado ao longo da trajetória educacional do Brasil. A análise das tensões dialéticas e das contraposições estruturais emerge como eixo condutor, permitindo a análise crítica das influências e implicações desses conservadorismos nos processos formativos dos indivíduos.

Constitui-se tarefa árdua e necessária categorizar o objeto pesquisado. Parte-se da metodologia, já estabelecida na academia, de desenhar um estado da arte ou do conhecimento. Através das leituras de estudos já realizados, a nova pesquisa demarca uma trajetória histórica do objeto para, então, analisá-lo dentro de recortes sociocultural e temporal, e em interfaces com outras categorias. Esta pesquisa trata justamente de realizar esse esforço por apreender o conceito conservadorismo para em seguida imbricá-lo com a educação brasileira na contemporaneidade.

Para compreender o conservadorismo optou-se por não apenas ler os críticos posicionados ao lado oposto, mas ir à fonte do próprio pensamento conservador para absorver o que pensam e dizem de si mesmos os pensadores assim denominados conservadores.

2.1 A construção de uma categoria: trajetória histórica

A primeira constatação, vinda de um cientista político conservador, é de que não existe conservadorismo no singular. Para Coutinho ⁶ (2014), existem diversos conservadorismos, já que esta ideologia se manifestou - e se manifesta - no tempo e no espaço de maneira plural, heterogênea e mutável.

⁶ José João de Freitas Barbosa Pereira Coutinho (Porto, 1 de junho de 1976) é um cronista, cientista político e escritor português. Sua tese de doutorado foi Política e Perfeição: Um estudo sobre o pluralismo de Edmund Burke e Isaiah Berlin. Publicou a obra Por Que Virei à Direita, em coautoria com Luiz Felipe Pondé e Denis Lerrer Rosenfield (2012).

Outro porta-voz do conservadorismo, o intelectual britânico Roger Scruton (1944-2020), mais entusiástico, afirma que “ser conservador é uma maneira distinta de ser humano, e em todas as esferas da vida o temperamento conservador se afirmou: arte, música, literatura, ciência e religião” (Scruton, 2019, p. 7). Para além de ímpetos inflamados – característicos de posicionamentos políticos – ou, ainda, de assunção de ideologias confrontadoras de concepções dialéticas, tem-se que reconhecer que a afirmação do autor, quando aponta que o conservadorismo é uma rica fonte de reflexão sobre a ordem política, não deixa de ser pertinente.

Para Bonazzi (1998), o substantivo conservadorismo requer a presença de um conceito. É próprio dessa classe de palavras nomear os seres em geral. Por outro lado, o adjetivo conservador, comumente utilizado, qualifica tão somente falas, atitudes, comportamentos, prática etc. Devido à polissemia do termo, nota-se que é empregado mais o adjetivo do que o substantivo. Um dicionário da língua portuguesa denomina conservadorismo como característica de conservador: que não aceita inovações, mudanças morais, sociais, políticas, religiosas e comportamentais. Diz ainda ser qualidade de quem é muito apegado às tradições. Apresenta também seu antônimo: conservador é o contrário de liberal, moderno, inovador e revolucionário (Ferreira, 2009).

Para além do significado etimológico e suas aplicações às diversas áreas da ciência (antropologia, psicologia, sociologia etc.) interessa aqui o significado para a ciência política, já que é no campo das ideias e das ações políticas que se vê com ‘aparente clareza’ a ideologia conservadora e sua atuação na sociedade. Contudo, ainda que delimitando o uso do termo ao campo político, resta ainda distinguir nuances. Para Bonazzi (1998, p. 242), faz-se necessário porque

A inexistência de uma teoria política comum a que se possam referir todos aqueles que se autodefinem ou são definidos como conservadores, a pouca propensão dos conservadores a sistematizar as próprias ideias e o abuso que se faz desse termo na linguagem quotidiana, política ou não, fizeram com que se reduzisse o Conservadorismo a uma atitude e se estudasse desde o ponto de vista psicológico, na busca das motivações que impelem certos indivíduos a assumir posições consideradas na prática política como conservadoras.

É essencial esclarecer a natureza específica do conservadorismo em questão, indicando o período histórico e a localidade geográfica a que se refere. Na ciência política, segundo Bonazzi (1998), o termo conservadorismo denomina ideias e ações que objetivam manter o sistema político hegemônico, assim como seu funcionamento.

Trata-se de um contrapeso às forças progressistas e inovadoras. No entanto, contrapor-se a este outro termo igualmente ambíguo, progressismo, revela uma função do conservadorismo, não seu conteúdo. O autor, descrevendo o verbete conservadorismo no dicionário de política, esclarece o seguinte:

Na relação que se estabelece entre Progressismo e Conservadorismo, este é sempre apresentado como negação, mais ou menos acentuada, daquele; aparece como tal, mostrando assim seu caráter alternativo; existe só porque existe uma posição progressista. Daí a conhecida tendência dos conservadores a não sistematizar o próprio pensamento que, sendo alternativo, nunca poderá ser concluído e fixado de uma vez para sempre; tem de acompanhar de perto a natureza dinâmica e a contínua tendência expansiva do progressismo (Bonazzi, 1998, p. 243).

O conteúdo do termo conservadorismo é histórico e é na história que se deve procurar sua origem, seu construto e seu desenvolvimento. Leva-se em conta nesta trajetória histórica a condição de ideologia alternativa que o conservadorismo representou em relação ao progressismo e sua dinâmica (Bonazzi, 1998). Sublinha-se igualmente sua inseparabilidade do processo de laicização do pensamento político na modernidade. Bonazzi traça a diferença de épocas:

O pensamento cristão que o precedera jamais se havia proposto a alternativa conservadorismo-progressismo, uma vez que a sua perspectiva histórica era, sob o ponto de vista dos valores, inteiramente estática. Já que o fim último do homem era ultraterreno, as vicissitudes humanas na história não tinham senão um objeto, o de tentar, por meios estruturalmente idênticos, adequar-se individualmente aos imperativos impostos por tal fim (Bonazzi, 1998, p. 243).

A partir do século XVIII, o conservadorismo surge como resposta às teorias distanciadas da visão antropológica tradicional e estática. Essa ruptura com a tradição causou fissuras culturais e políticas. O conservadorismo procurou atuar aqui e acolá como mediação e ponto de equilíbrio das revoluções em curso no alvorecer da modernidade. Por um lado, aquiesceu à tese da contínua evolução da sociedade, por outro lado compreendeu tal desenvolvimento “como progresso evolutivo, mediante a acumulação de conhecimentos e experiências — e não como superação dialética do passado” (Bonazzi, 1998, p. 243). Tal postura diante do desenvolvimento da humanidade foi tomada para se contrapor aos propósitos do progressismo.

No ensaio *As Ideias Conservadoras Explicadas a Revolucionários e Reacionários*, Coutinho (2014) reitera o que já se tornou consenso: as raízes do conservadorismo moderno remontam à Revolução Francesa (1789). Sua ideologia foi

personificada no filósofo e teórico político irlandês Edmund Burke⁷ (1729-1797). Esse pensador significou uma resposta antirrevolucionária e antiutópica. Naquele período histórico o conservadorismo emancipou-se como ideologia política (Coutinho, 2014). Para Scruton (2019, p. 7):

[...] o conservadorismo como filosofia política é um fenômeno recente, surgido durante o curso de três grandes revoluções – a Revolução Gloriosa de 1688, a Revolução Americana que terminou em 1783 e a Revolução Francesa de 1789.

Portanto, nasceu em decorrência do ideário iluminista, tendo como referência um de seus princípios fundamentais, isto é, o individualismo. Nas palavras do autor:

O conservadorismo como conhecemos hoje é uma mentalidade distintamente moderna, modelada pelo Iluminismo e pela emergência de sociedades nas quais o “nós” do pertencimento social é contrabalançado, em todos os pontos, pelo “eu” da ambição individual (Scruton, 2019, p. 14).

Quanto à caracterização da qual se reveste o indivíduo conservador, crê-se que uma possível definição é dada pelo filósofo e teórico político Michael Joseph Oakeshott (1901-1990):

Ser conservador [...] é preferir o familiar ao desconhecido, o testado ao nunca testado, o fato ao mistério, o atual ao possível, o limitado ao ilimitado, o próximo ao distante, o suficiente ao abundante, o conveniente ao perfeito, o riso presente à felicidade utópica (Oakeshott *apud* Coutinho, 2014, p. 22).

Por outro lado, mais do que definir o conservadorismo, Coutinho (2014) propõe-se a apresentar princípios norteadores do pensamento conservador. Sua obra contrapõe-se, veementemente, ao que categoriza como rotulações açodadas, aligeiradas e até mesmo preconceituosas. Defende o conservadorismo de ataques que o caracterizam como imobilista, reacionário, autoritário e inclusive fascista. O autor distingue, para tanto, a disposição conservadora do conservadorismo político, que nem sempre se apresentam de maneira concomitante no indivíduo.

⁷ Edmund Burke (1729-1797) foi um filósofo e político irlandês, fiel do Protestantismo Britânico. Crítico da Revolução Francesa, escreveu “Reflexões sobre a Revolução em França” (1790). Apoiou causas como a Revolução Americana e a Emancipação Católica. No século XIX Burke inspirou tanto conservadores quanto liberais. No Século XX, Burke foi reconhecido como o fundador do conservadorismo moderno.

Há que se fazer outra distinção incipiente: distinguir o conservador do reacionário⁸. O autor português, emprestando as ideias de Samuel Huntington (1927-2008), cientista político estadunidense, e de Anthony Quinton (1925-2010), filósofo inglês, afirma que o reacionário é um revolucionário às avessas:

Não existe uma distinção válida entre “mudar para trás” e “mudar para a frente”. Mudança é mudança; a história não se retrai nem se repete”; e toda mudança se afasta do *status quo*. À medida que o tempo passa, o ideal do reacionário distancia-se cada vez mais de qualquer sociedade real que tenha existido no passado. O passado é romantizado e, no fim, o reacionário acaba por defender o regresso a uma Idade de Ouro idealizada que nunca de fato existiu. Ele torna-se indistinguível de outros radicais, e normalmente exhibe todas as características da psicologia radical (Huntington apud Coutinho, 2014, p. 25).

Na defesa do conservadorismo, Coutinho (2014) reforça que o conservador não é imobilista nem avesso às mudanças, mas cuidadoso e prudente. Nesse sentido, recusa qualquer utopia vinda de revolucionários ou reacionários. Tanto a fuga para o passado quanto para o futuro é recusada pelo pensamento conservador como política possível para o presente. Assim, definitivamente, o pensamento conservador clássico, aquele nascido com Burke no século XVIII, rechaça toda e qualquer revolução que rompe com o que foi constituído pela tradição ao longo dos anos. A realidade nova que possa surgir – desejável, porém desconhecida – é tida pelo conservadorismo como imprudência e susceptível de destruição.

Burke, como mentor do conservadorismo moderno, não criticava qualquer revolução. Escreveu especificamente contra a revolução⁹ ocorrida na França de fins do século XVIII. Seus julgamentos ecoaram pelos anos seguintes nos escritos de outros conservadores. Coutinho (2014) reforça ainda que o conservadorismo faz frente tanto à utopia romântica do revolucionário, que busca um terreno futuro glorioso quanto ao saudosismo do reacionário ancorado numa era de ouro ou num paraíso idílico perdido.

⁸ O termo “reacionário” (do francês *réactionnaire*) emergiu mais ou menos na época da Revolução Francesa para denotar aqueles que desejavam desfazer todo o projeto e restaurar parte, talvez a maior parte, do que fora destruído. O mais articulado dos reacionários, que também merece lugar na história do conservadorismo, foi o diplomata e conde Joseph-Marie de Maistre (1753-1821), que defendia a doutrina do direito divino dos reis e acreditava que somente a restauração da monarquia Bourbon poderia recolocar a França e o povo francês no caminho do governo justo. Ele via a revolução como desafio à herança cristã francesa e foi um dos principais expoentes do “ultramontanismo”, a doutrina teológica que favorece a centralização da autoridade da Igreja católica romana no papado – a fonte espiritual “para além das montanhas”, ou seja, dos Alpes” (Scruton, 2019, p. 58).

⁹ Para mais conhecimento acerca desse contexto, indica-se a leitura da obra *A Era das Revoluções: 1789-1848*, segundo Hobsbawm (1998).

Assim, pode-se dizer que o conservadorismo moderno, clássico, é fruto do Iluminismo, ao contrapor-se a ele. O surgimento do conservadorismo tratou-se da tentativa de preservar os valores familiares e religiosos em sociedades organizadas apenas pela política.

Ao recusar trocar o certo pelo duvidoso, evocando o filósofo político conservador Russell Kirk (1918-1994), Coutinho (2014) adere à ideia de que a política é a arte do possível. Este conservadorismo aceita que a humanidade é imperfeita e incapaz de produzir uma sociedade perfeita. Contudo, isso não significará resignação inerte, mas reformas feitas com paciência, prudência e segurança. Ao buscar por mudanças, o conservador deve levar em conta as tradições, pois elas, segundo Burke, exercem uma função pedagógica: “A reforma não só não exclui a tradição como *exige* uma tradição, entendida como ponto de partida para qualquer ação reformista” (Coutinho, 2014, p. 72).

Para o conservador europeu dos séculos XVIII e XIX, as tradições permitem ao indivíduo travar um diálogo com a humanidade. Portanto, nas reformas conservadoras – que admitem que a mudança é inevitável – não se deve excluir a tradição, mas valorizá-la como ponto de partida. Assim, como ideologia de oposição ao progressismo, o conservadorismo “assumirá desde logo a importância das circunstâncias como base de qualquer atuação política consequente e prudente” (Coutinho, 2014, p. 44).

Para conservadores, o que faz uma ordem política legítima são as escolhas livres que ela gera. Essa disputa entre o que viria antes – liberdade ou ordem – demarcou a linha divisória entre conservadores e liberais durante os séculos XVIII e XIX. O território ideológico começou a ser dividido no campo político pós-religioso. Com o passar do tempo ameaças os uniram. As principais foram o crescimento do Estado Moderno e o socialismo¹⁰ (Scruton, 2019). Ainda sobre o tema da liberdade, Scruton esmiuça o pensamento burkeano afirmando o que se segue:

A liberdade certamente é um bem humano, mas somente quando limitada de maneiras que impeçam seu abuso. As leis liberais são o triunfo da ordem política, mas somente quando as pessoas possuem o conhecimento social necessário para compreendê-las e obedecê-las. E, em resposta a essas

¹⁰ “As teorias sociais que explicavam essa classe [a classe trabalhadora] e as doutrinas políticas que a defendiam assumiram posição central nos debates da época, e, durante o século XIX, essas teorias e doutrinas se uniram no movimento socialista. Na virada do século XX, já não era contra o liberalismo que o conservadorismo se definia, mas contra o socialismo, em particular a concepção socialista de Estado” (Scruton, 2019, p. 68).

realidades, o conservadorismo surge com uma filosofia alternativa. Somente quando os costumes e as tradições estão presentes, a soberania do indivíduo leva à verdadeira ordem política, e não à anarquia; somente em uma comunidade de obrigações não contratuais, a sociedade possui a estabilidade e a ordem moral que tornam possível o governo secular (Scruton, 2019, p. 47).

Burke defendeu que a lei deve proteger a liberdade, já que ela está sempre ameaçada. Para tanto, a sociedade precisa organizar-se politicamente de forma emancipada dos laços religiosos, tribais e familiares. Contudo, vê na religião e na família uma sabedoria coletiva. Sua visão conservadora de mundo excluía o individualismo extremo, já que a pertença social auxilia na escolha livre e racional. Sua ideia de conservar rechaçava o pensamento liberal de contrato social. Defendia a ideia de que a sociedade não é formada apenas pelos vivos, mas também pelos mortos e os que viriam a nascer. No lugar do contrato propunha uma tutela das tradições, tornando assim um pacto de salvaguarda do que se recebeu da geração passada para entregar à futura. Nessas tradições estão a honra militar, a dedicação à família e a devoção aos deuses (Scruton, 2019).

Scruton (2019) trata em sua obra, ademais, sobre o conservadorismo cultural. Esse movimento tratou de transferir o conservadorismo do campo de disputa política para a literatura e para a vida acadêmica. Porém, já no final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) esse intento já não possuía consistência política coerente. De resposta ao liberalismo clássico, a filosofia política do conservadorismo passa a debater-se contra os esquemas de uma sociedade justa promovida pelo socialismo. Nesse momento histórico, o liberal clássico e o conservador se uniram contra esse inimigo comum.

Para evitar o risco do uso indiscriminado dos termos liberal e conservador, com suas variantes de sufixo neo, faz-se necessária uma diferenciação dos conceitos aplicados à política, à economia e aos costumes. Ao longo da história, essas formas político-ideológicas trilharam caminhos distintos, ora se distanciando, ora se aproximando. Em alguns períodos históricos liberalismo e conservadorismo se fundiram. Observa-se, por exemplo, no Brasil, uma fusão entre conservadorismo e liberalismo, resultando em políticas econômicas neoliberais. Contudo, o conservadorismo esteve sempre presente no cenário político. Para Souza (2016), os conteúdos político, teórico e social do pensamento conservador amiúde se fundem ao

pensamento liberal, ao ponto de serem tomados como sinônimos. No entanto, em seus primórdios tiveram fundamentos diferentes em disputa.

No século XXI, ao fazer uma atualização do conservadorismo - na Europa sobretudo - Scruton o descreve dessa maneira:

O conservadorismo moderno começou como defesa da tradição contra as reivindicações de soberania popular e se tornou um apelo em nome da religião e da alta cultura contra a doutrina materialista do progresso, antes de unir forças com os liberais clássicos na luta contra o socialismo. Em sua mais recente tentativa de se definir, tornou-se o defensor da civilização ocidental contra seus inimigos, em particular contra dois deles: o politicamente correto (notadamente suas restrições à liberdade de expressão e sua ênfase na culpa ocidental) e o extremismo religioso, especialmente o islamismo militante (Scruton, 2019, p. 111).

Scruton (2019) conclui seu raciocínio afirmando que conservadores e liberais vivem numa sociedade onde as liberdades de expressão e de opinião estão ameaçadas. Voltam-se para o legado cristão invocando o papel da religião numa sociedade que tem na liberdade de consciência um dos seus pilares mais importantes. A invenção do neoconservadorismo, surgida nos Estados Unidos da América em 1950, distingue a nova empreitada do conservadorismo. Já não se trata de economia de mercado, mas de uma agenda ampla e global. É nesse contexto que se faz necessária uma análise do (neo)conservadorismo no Brasil.

2.2 Conservadorismo e neoconservadorismo no Brasil

A partir das expressivas manifestações sociopolíticas de 2013¹¹ e, especialmente, durante as eleições gerais de 2018, tornou-se evidente um aumento significativo na utilização de termos como neoconservador, neoliberal, reacionário, progressista, ‘nova direita’ e suas variações no âmbito acadêmico e na mídia. Tais termos não são inéditos¹². No entanto, houve uma reaparição com nuances novas a

¹¹ A ascensão de campos políticos identificados com a direita no século XXI não é um fenômeno restrito ao caso brasileiro [...], mas a expressão internacional de um reordenamento político e ideológico oriundo da crise estrutural da sociabilidade neoliberal a partir de 2008 [...] No Brasil, após um longo processo de construção de uma hegemonia discursiva de direita em distintos espaços da sociedade civil, e na esteira de uma crise de grandes proporções – econômica, política e institucional –, a nova direita encontrou em 2018, na coalizão de forças liderada pelo então deputado Jair Bolsonaro, não apenas a sua expressão institucional mas também a maneira pela qual foi possível converter sua hegemonia ideológica em capital político (Silva, 2022, n.p). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/gm56SyjxQcyZrCZW57rG7v/#>. Acesso em: 04 dez. 2023.

¹² Para Silva (2022) cinco elementos caracterizam a novidade do fenômeno neoconservador brasileiro: a estratégia de priorização da disputa cultural como pré-condição para a conquista do poder político, o

serem observadas, compreendidas e descritas. Alguns políticos, no cenário brasileiro, passaram a se autodefinir como ‘conservadores nos costumes e liberais na economia’, constituindo, assim, um esdrúxulo amálgama liberal-conservador (Silva, 2021). Diante desse panorama, é preciso um esforço por esclarecer a nomenclatura empregada, que muitas vezes apresenta antagonismos e, em outros contextos, revela-se conciliatória, refletindo as complexidades da política brasileira contemporânea.

O conservadorismo no Brasil constituiu-se, desde a colonização (1500-1822), em defesa do poder vigente, dos interesses e privilégios da elite econômica e da Igreja. O embate conservador no Brasil até o século XX era pragmático e por poder, não era marcado pelo discurso no campo ideológico. Para Souza (2016), o conservadorismo tem sido o teor da política brasileira:

Em um país de inserção periférica, dependente e heterônoma no circuito da divisão internacional do trabalho, como o Brasil, as ideologias conservadoras em geral, e o conservadorismo em particular, tendem a ressoar e a repercutir com intensidade sobre a cultura, a economia e a política (Souza, 2016, p. 360).

No Brasil chegou de modo mais contundente a versão conservadora de Edmund Burke, considerado o pai do conservadorismo moderno e clássico. Outros autores conservadores como Russell Kirk (1918-1994), Michael Oakeshott (1901-1990) e Roger Scruton (1944-2020) também são conhecidos pelos brasileiros, divulgados sobretudo por Institutos liberais e conservadores como o Instituto Mises (Souza, 2016). Movimentos como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Movimento pra Rua (MPR), assim como partidos como o Novo (fundado em 2011), figuras cibernéticas como Olavo de Carvalho (1947-2022), autointitulado filósofo, o jornalista Rodrigo Constantino e o filósofo Luiz Felipe Pondé, entre muitos outros, encarregaram-se de popularizar nos meios de comunicação as ideias, pautas e bandeiras do neoconservadorismo no Brasil.

Em face disso, observa-se no Brasil contemporâneo um certo tipo de indivíduo ou grupo político conservador, que se alinha de forma contrária à luta por mais direitos sociais e até mesmo se posiciona avesso a princípios inerentes à democracia. Há ainda outra especificidade da tropicalização do conservadorismo: uma adesão à

anti-intelectualismo, o antielitismo, representado pela valorização ética, estética e epistemológica do homem médio e do senso comum – em contraste com narrativas clássicas do conservadorismo, a adoção de uma retórica performática e disruptiva, sustentada na narrativa do politicamente incorreto e a síntese entre o conservadorismo moral e a defesa do livre-mercado.

ideologia neoliberal, mediante a qual são mercantilizados os direitos sociais tais como a saúde, a educação, o transporte etc. Alguns setores do conservadorismo político brasileiro se insurgem até mesmo contra os direitos humanos (Souza, 2016). Assim como em outros momentos históricos, conservadorismo e liberalismo se uniram em causas comuns. Na década de 1990, com aprofundamento nos anos 2000 em diante, o conservadorismo no Brasil se alinhou às políticas socioeconômicas neoliberais.

É preciso atenção para não se confundir o termo “liberal”. Por um lado, temos o liberal como qualificativo de política e filosofia da liberdade individual e por outro as ideias e políticas progressistas – que lutam por uma igualdade cada vez maior, promovida pelo Estado – surgidas no socialismo moderno (Scruton, 2020). O liberalismo clássico diz respeito ao aumento da liberdade individual contra o poder do soberano. O conservadorismo moderno foi uma resposta ao liberalismo dito clássico, que assumia ideias tais como os direitos naturais e o direito à propriedade privada. Os liberais enxergavam o ordenamento político como derivação da liberdade individual, já os conservadores viam a liberdade individual como resultado da ordem política:

O que torna uma ordem política legítima, na visão conservadora, não são as escolhas livres que as criaram, mas sim as escolhas livres que ela cria. A questão sobre o que vem antes, liberdade ou ordem, dividiria liberais e conservadores durante os duzentos anos seguintes. Mas, no devido tempo, novas ameaças surgiriam para uni-los, sendo uma das mais importantes o crescimento do Estado moderno (Scruton, 2020, p.28).

Cavalcante (2015) indica um quadro, de contornos indefinidos, de um conservadorismo liberal que repercute nas práticas da classe média brasileira: uma combinação singular de ideais meritocráticos com uma histórica dificuldade ou aversão à inclusão social e política de amplo alcance. Tal conservadorismo liberal ‘à brasileira’ surge da combinação de rechaço ao que seriam os experimentos utópicos de ‘justiça social’ com a defesa do livre mercado. Seria algo como o encontro entre a “filosofia política de Edmund Burke com a teoria econômica de Ludwig von Mises e Friedrich Hayek” (Cavalcante, 2015, p.192).

Deste modo, retomando o histórico do termo ‘neoconservadorismo’, salienta-se que este foi cunhado nos Estados Unidos da América na década de 1950. Representou um movimento em defesa de bandeiras como a segurança pública, as punições mais duras contra condenados, o livre mercado, a família tradicional e a moral religiosa. Tornou-se uma reação contra o feminismo e o movimento negro, entre

outros, com o avanço da esquerda no período da Guerra Fria ¹³. O neoconservadorismo brasileiro do século XXI se assemelha ao estadunidense, incorporando de maneira ainda mais incisiva o elemento religioso, a defesa do liberalismo econômico e uma menor intervenção do Estado.

A frágil democracia burguesa¹⁴ brasileira deu abrigo nas últimas décadas a um crescimento expressivo do pensamento político conservador. Diversas *Think Tank*¹⁵ estadunidenses têm se encarregado de divulgar o pensamento neoliberal conservador entre políticos e, de modo mais contundente, entre coletivos juvenis ditos conservadores ou liberais, ou ambos concomitantemente. Souza (2016) especifica o seu *modus operandi*:

Autores como Russell Kirk, Michael Oakeshott, Roger Scruton, entre outros de expressão internacional, passam a tomar espaço significativo no mercado editorial brasileiro. Ao lado deles, um conjunto de divulgadores brasileiros do liberalismo, comumente inspirados pelas ideias elaboradas pelo Instituto Ludwig von Mises, passaram a defender, também, algumas ideias do conservadorismo (Souza, 2016, p. 361).

Marca característica de muitos conservadores contemporâneos é sua aversão aos ideais de democracia e justiça social. Naturalizam a desigualdade social como positivamente constituída. Sua defesa da meritocracia como meio de ascensão social não leva em conta a desigualdade social brasileira. A utopia, seja ela marxista ou não, é duramente atacada (Souza, 2016). A classe média, para sustentar seus privilégios, apega-se à meritocracia, “que se combina com uma aversão conservadora à massa “ignorante e preguiçosa”, “complacente” com a corrupção ou “comprada” pelo governo” (Cavalcante, 2015, p.184). Observa-se, nesse sentido, uma adesão acrítica ao pensamento extremista de Friedrich Hayek (1899-1992), um dos teóricos mais expressivos da ideologia neoliberal.

Na concepção de Scruton (2020, p. 93):

¹³ A Guerra Fria foi um conflito político-ideológico que foi travado entre Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS), entre 1947 e 1991. O conflito travado entre esses dois países foi responsável por polarizar o mundo em dois grandes blocos, um alinhado ao capitalismo e outro alinhado ao comunismo (Mundo Educação, 2023).

¹⁴ Em uma nota contida no capítulo “Burgueses e Proletários”, presente no *Manifesto do Partido Comunista*, Engels assim define a burguesia: “Por burguesia entende-se a classe dos capitalistas modernos, que são proprietários dos meios de produção social e empregam trabalho assalariado” (Marx; Engels, 2011, p. 45).

¹⁵ Instituições que se dedicam a produzir e difundir informações sobre temas específicos, objetivando influenciar ideias na sociedade e decisões na política.

A justiça social não é de modo algum uma forma de justiça, mas sim uma forma de corrupção moral. Significa recompensar as pessoas por comportamentos ineficazes, por negligenciarem seu bem-estar e o bem-estar de suas famílias, por não cumprirem seus contratos e por explorarem seus empregadores.

Mercadante (1980), ao narrar como os liberais brasileiros enfrentavam a escravidão, afirma que o conservadorismo daqui sempre foi despido de inquietações em relação à situação social, já que a práxis conservadora não teoriza sobre situações sobre as quais as pessoas já se acostumaram. Dessa forma,

as reações conservadoras diante dos fatores iminentes e situações determinadas consistiriam em atitudes habituais, e nesta situação o pensamento tranquilamente aceita o existente, como se fosse a exata ordem das coisas e do mundo (Mercadante, 1980, p. 225).

De acordo, ainda, com Mercadante (1980), o conservadorismo brasileiro se diferencia do europeu em dois aspectos: formou-se da dominação rural com reflexos mercantil e feudal da sua economia e defendeu concomitantemente a escravatura e o liberalismo econômico. Somados a esses fatores estão a oposição à reforma agrária e uma defesa irrestrita à propriedade privada. Haja vista a presença histórica da Ação Integralista Brasileira¹⁶ de 1932, que é ainda presente no país, o udenismo¹⁷ (União Democrática Nacional – UDN) e organização civil Tradição, Família e Propriedade (TFP) de 1960.

Poder-se-ia argumentar muito mais sobre o conservadorismo brasileiro, em especial acerca daquele que protagonizou o cenário político do último governo (2019-

¹⁶ “A Frente Integralista Brasileira, também designada pela sigla F.I.B., é uma associação civil sem fins lucrativos fundada no dia 22 de janeiro de 2005, com sede na cidade de São Paulo (SP), que tem por finalidade promover movimentos culturais, políticos e sociais como forma de resgate da herança cultural, cívica, política e ideológica da Acção (*sic*) Integralista Brasileira, principalmente no que se refere à trilogia Deus, Pátria e Família. Seu período de existência é indeterminado, conforme explicita se estatuto” (FRENTE INTEGRALISTA BRASILERIA, 2023).

¹⁷ Fundada em 7 de abril de 1945 como uma “associação de partidos estaduais e correntes de opinião” contra a ditadura do Estado Novo, caracterizou-se essencialmente pela oposição constante a Getúlio Vargas (1882-1954) e ao getulismo. Embora tenha surgido como uma frente, a UDN organizou-se em partido político nacional, participando de todas as eleições, majoritárias e proporcionais, até 1965 [...] coexistiram na UDN teses liberais e autoritárias, progressistas e conservadoras. O partido que vota a favor do monopólio estatal do petróleo (1953) e contra a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas (1947) é o mesmo que se opõe à intervenção do Estado na economia, denuncia a “infiltração comunista” na vida pública e contesta os resultados quando perde as eleições. O partido ficou marcado pela vinculação com os militares e as aspirações das camadas médias urbanas, identificando-se, também extrapartidariamente, com o udenismo. Expressão de mentalidades e estilos de ver e fazer política, o udenismo caracterizou-se pela defesa do liberalismo clássico, o apego ao bacharelismo e ao moralismo e o horror aos vários “populismos” (UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL, 2023).

2023), sob a presidência de Jair Messias Bolsonaro. Há que aprofundar, entre outros aspectos, na compreensão do papel da religião, sobretudo o neopentecostalismo protestante (e católico), na caracterização do atual conservadorismo brasileiro. Não obstante, priorizou-se neste texto deixar o espaço para caracterizar o que Adorno denominou novo radicalismo de direita (2020). Não se encontra propriamente o termo conservador nas obras adornianas. No entanto, o radical de direita, em tese, se aproxima ao que se denomina neoconservador na atualidade.

2.3 Aspectos do novo radicalismo de direita

Para Adorno, o radicalismo de direita – o que pode ser entendido como sua concepção de conservadorismo – associa-se à personalidade autoritária. Em colaboração com outros pesquisadores, Adorno contribuiu significativamente para o estudo empírico da personalidade autoritária por meio da famosa obra “A Personalidade Autoritária”, de 1950. Sua concepção de radicalismo de direita e autoritarismo é intrinsecamente ligada à crítica cultural e social, destacando como determinados traços de personalidade podem ser instrumentalizados por ideologias autoritárias. Adorno (2019) explorou a tendência dessas personalidades ao buscar estruturas sociais hierárquicas, a resistir à ambiguidade e a expressar hostilidade em relação a grupos percebidos como diferentes. Marca característica dos neoconservadores brasileiros é sua oposição sistemática e acirrada às causas progressistas e aos coletivos de grupos minoritários.

A análise do filósofo e sociólogo frankfurtiano abrangeu a relação entre a personalidade autoritária e movimentos políticos de extrema direita, fornecendo compreensões sobre os mecanismos psicológicos que podem subjazer ao apoio a ideologias radicais. A compreensão adorniana do radicalismo de direita não se limita apenas à esfera política, mas também se estende à cultura e à psicologia, oferecendo uma perspectiva multifacetada sobre as raízes e manifestações desse fenômeno na sociedade (Adorno, 2020).

A concepção adorniana sobre o vínculo entre fascismo e capitalismo constitui um elemento central na teoria crítica frankfurtiana, sendo claramente expressa na conferência de Theodor Adorno (1967), que se tornou a obra “Aspectos do novo radicalismo de direita”, publicada no Brasil pela Editora Unesp em 2020. Esta perspectiva analítica fundamenta-se na ideia de que o fascismo não é meramente um

fenômeno político isolado, mas está intrinsecamente ligado às estruturas do capitalismo. Adorno (2020) argumenta que o sistema econômico capitalista não apenas facilita, mas também propaga condições propícias ao surgimento de movimentos fascistas. Sua análise vai além de uma visão superficial das manifestações políticas, adentrando as raízes estruturais que fomentam a ascensão do fascismo.

Ao explorar o horizonte dessa interconexão, Adorno destaca como o capitalismo, em sua dinâmica, pode gerar desigualdades, alienação e crises sociais que, por sua vez, proporcionam um solo fértil para a emergência de ideologias autoritárias. Assim, a compreensão adorniana busca desvelar a complexa relação entre o fascismo e o sistema econômico, enriquecendo a análise crítica e oferecendo uma visão mais abrangente das dinâmicas sociais que permeiam o fenômeno fascista.

A tese dessa pesquisa é de que os autointitulados conservadores no cenário político brasileiro são na verdade radicais de direita. A análise da sociedade alemã feita por Adorno na década de 1960, *mutatis mutandi*, aplica-se verossimilmente à conjuntura brasileira:

No cerne dessa elaboração está a interpretação do fascismo como algo intrínseco ao processo social e histórico da modernidade, e não como algo estranho a ele. O fascismo não foi um mero desastre histórico, um acidente de percurso: ele não “surgiu do acaso” (Adorno; Horkheimer, 1985, p.112 *apud* Adorno, 2020, p.12).

De acordo com Adorno, a explicação para o surgimento do fascismo, acoplado ao discurso de radicais conservadores, não reside exclusivamente em causas psicológicas individuais, embora ele reconheça a importância das análises sociopsicológicas para compreender os mecanismos de propaganda – para tornar a massa engajada – e a adesão a movimentos fascistas, que muitas vezes operam por meio de uma lógica de identificação. Adorno enfatiza que a verdadeira questão no contexto do novo radicalismo de direita é a possibilidade de reincidência, a repetição de catástrofes históricas. Portanto, ao se caracterizar de ‘neoconservadorismo’ ou ‘neoliberalismo conservador’, é preciso atentar-se ao fato de que há pouca novidade no fenômeno, mas muita reiteração de passados próximo e remoto.

Deste modo, para o frankfurtiano, é crucial examinar não apenas os fatores psicológicos dos indivíduos, mas também as condições sociais e estruturais que propiciam a emergência de movimentos fascistas. A atenção de Adorno volta-se para

as dinâmicas sociais e econômicas do capitalismo, que, em sua visão, podem criar um terreno propício para a ascensão do fascismo. Assim, ao abordar o problema da reincidência de catástrofes históricas, o sociólogo alemão destaca a necessidade de uma análise mais abrangente, incorporando tanto aspectos psicológicos quanto estruturais para compreender a complexidade do fenômeno fascista (Adorno, 2020).

Para Adorno, O regime nazista colapsara, mas não os seus pressupostos. Estes seguiriam perdurando, a ponto de possibilitarem a reprodução de seus respectivos sujeitos. No Brasil, o reaparecimento de discursos favoráveis ao regime da Ditadura Militar (1964-1985) e contrários aos avanços democráticos são uma amostra de que o radicalismo de outrora não foi superado. A ‘Nova Direita’, conservadora e liberal, em sua vertente radical, demonstra que, como nação, não elaboramos o passado na sua totalidade¹⁸.

No entendimento de Adorno, o radicalismo possui uma dimensão psicossociológica, referindo-se ao que ele classifica como idealismo vulgar. Essa noção tem suas raízes na personalidade autoritária, um conceito previamente desenvolvido por Adorno (1950). Essa ligação sugere que o radicalismo não é apenas um fenômeno político isolado, mas está intrinsecamente conectado a características psicológicas e sociológicas que alimentam o idealismo vulgar. Ao abordar essa dinâmica, o autor destaca que o radicalismo surge como resultado de uma disposição autoritária, moldando a forma como os indivíduos percebem e se relacionam com o mundo ao seu redor.

Quanto ao fascismo, Adorno argumenta que falta a esse movimento uma verdadeira teoria, indicando uma época carente de pensamento crítico. Apesar dos apelos constantes ao idealismo, desafia a relevância real das ideias dentro da dinâmica do movimento fascista. Para ele, o conteúdo desse idealismo, representado pelas ideias conservadoras e autoritárias, é, em última análise, irrelevante na compreensão do funcionamento desse fenômeno. Isso sugere que o fascismo é mais

¹⁸ Em seu artigo, O que significa elaborar o passado, Adorno procurou compreender os motivos da incapacidade dos alemães para julgar os criminosos nazistas. Ele viu nessa recusa uma incapacidade neurótica de enfrentar o passado: “Todos conhecemos a disposição atual em negar ou minimizar o ocorrido — por mais difícil que seja compreender que existem pessoas que não se envergonham de usar um argumento como o de que teriam sido assassinados apenas cinco milhões de judeus, e não seis” (Adorno, 1995, p. 31). Essas racionalizações e eufemismos usados para minimizar os fatos passados, como, por exemplo, “noite dos cristais”, eram, para Adorno, sintomas de algo que não foi trabalhado psiquicamente (Dias, Michel Aires de Souza, 2023). Disponível em: <https://www.ige.unicamp.br/lehg/o-que-significa-elaborar-o-passado/>. Acesso em: 04 dez. 2023.

propenso a mobilizar as massas por meio de emoções e simbolismos do que por uma estrutura ideológica coerente.

Ao sublinhar a ausência de uma verdadeira teoria e a irrelevância das ideias no fascismo, destaca a necessidade de abordagens críticas mais profundas para entender as raízes e dinâmicas desses movimentos extremistas. Portanto, “o fascismo seria prova de que pode haver “práxis sem conceito”, forma de ação social em que pura e simplesmente se fazem valer o poder e a força” (Adorno, 2020, p. 67).

Para Adorno, o extremismo de direita procede do medo. Há no discurso uma constante antecipação do terror e uma incitação do sentimento de catástrofe social. No Brasil esse medo possui alvos constituídos na base de discurso ideologizante: medo ao comunismo (o que Adorno designava por *imago* do comunista, espécie de caráter mítico), a novas configurações familiares, a agendas ditas ‘gays’, feministas etc. O que não ganham por meio de uma robusta teoria, conquistam na propaganda. A formação delirante do extremismo de direita, remonta à existência de uma personalidade autoritária virtualmente constante e atemporal. Inspirado notavelmente no trabalho de Freud, especialmente em “O Mal-Estar na Civilização” ([1930] 1969), Adorno argumentou que essa personalidade autoritária tem raízes profundas e persiste ao longo da história.

Embora mantendo a noção de que a história é marcada pela presença da personalidade autoritária, Adorno reconheceu a possibilidade de que, no máximo, ela sirva como sucessora da ‘personalidade tradicional’. Ele manteve essa perspectiva até o final, sugerindo que a sombra da personalidade autoritária, se não nascida com a civilização, pelo menos acompanha, como uma consciência incômoda, o desenvolvimento do espírito libertário que se desenrola na modernidade.

Segundo Adorno, os movimentos fascistas são as cicatrizes de uma democracia que até hoje não faz justiça a seu próprio conceito. O neoconservadorismo neoliberal brasileiro é uma combinação de retrocessos democráticos em vários níveis, tanto da teoria quanto na práxis. Assim como o antissemitismo sobreviveu aos judeus do holocausto nazista, o racismo tem sobrevida superior à escravidão do Brasil, para exemplificar a falta de elaboração do passado.

De acordo com o pensamento de Adorno, é necessário compreender as artimanhas dos discursos radicais, carregados de ódio e de posturas antidemocráticas. Exige atribuir-lhes nomenclaturas contundentes, desvendá-los com precisão, elucidar

suas ramificações e, de certa maneira, procurar imunizar as massas contra essas estratégias, pois ninguém almeja ser ludibriado:

A única coisa que me parece realmente prometer algo é alertar os potenciais apoiadores do radicalismo de direita sobre suas consequências, tornar-lhes claro que essa política inevitavelmente conduzirá seus próprios apoiadores à desgraça e que essa desgraça já é refletida de antemão (Adorno, 2020, p.58).

Este imperativo, como Adorno sustenta, é originado de uma imensa artimanha de engano psicológico, uma colossal fraude psicológica que, de acordo com ele, deve ser integralmente desvelada. A tarefa é, portanto, lançar luz sobre essa rede complexa de manipulações, conferindo nome e clareza a cada truque, com o propósito de conscientizar e proteger as massas contra as artimanhas que poderiam, de outra forma, passar despercebidas.

Um campo especialmente disputado pelo conservadorismo neoliberal é o da educação. Tal disputa desvela as visões antagônicas sobre o papel e o propósito da formação educacional. Os conservadores frequentemente advogam por uma abordagem tradicional, pautada em valores culturais e morais, buscando preservar uma narrativa educacional ancorada em tradições estabelecidas. Em contrapartida, os proponentes do mercado neoliberal defendem uma perspectiva mais orientada para o mercado, vislumbrando a educação como um produto a ser comercializado e consumido. Para tanto, o próximo capítulo aprofundará a discussão sobre os impactos do discurso conservador, alinhado às políticas neoliberais, na educação brasileira.

3 ASPECTOS HISTÓRICOS SOBRE OS CONSERVADORISMOS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

As manifestações do neoconservadorismo de vertente neoliberal se intensificaram a partir da segunda década do século XXI no Brasil. Nesse cenário conservador, sempre presente no horizonte da escola pública brasileira, um dos direitos sociais mais atingido pela visão social mercadológica tem sido a educação. Para Lima e Hypólito (2019, p. 3), a nova direita brasileira consiste numa aliança “principalmente, entre neoconservadores e neoliberais, central para o desmantelamento do Estado de Bem-Estar e para a criação de uma nova forma de administrar o Estado”. Interpretando Apple (2000), os autores apresentam os grupos que conformam este pacto: os neoliberais, os neoconservadores, os populistas autoritários e a nova classe média profissional. Como se pode observar, a versão estadunidense tem sido copiada *ipsis litteris* no Brasil.

3.1 Balanço das condições gerais da educação no Brasil neoliberal

A doutrina neoliberal, ideologia econômico-política, foi de tal modo imposta universal e unanimemente que nos dias atuais está quase fora de discussão e de contestação. Contudo, não foi o resultado de um acontecimento espontâneo. “É produto de trabalho prolongado e constante de uma imensa força de trabalho intelectual, concentrado e organizado em verdadeiras empresas de produção, difusão e intervenção” (Bourdieu, 2001, p. 7).

O neoliberalismo das Escolas Austríaca e de Chicago chegou à América Latina. O pioneiro do ciclo neoliberal da história latino-americana foi o Chile, sob a ditadura de Augusto Pinochet (1915-2006). Nesse país observou-se a concretização de um dos ideais de Hayek: a liberdade e a democracia

podiam facilmente tornar-se incompatíveis, se a maioria democrática decidisse interferir com os direitos incondicionais de cada agente econômico de dispor de sua renda e de sua propriedade como quisesse (Anderson, 1995, p.19).

No Brasil houve um neoliberalismo à brasileira (Oliveira, 1995). Apesar de a ditadura¹⁹ não se caracterizar por políticas econômicas liberais, mas no incentivo à acumulação privada (Sader, 1995), durante a ditadura iniciou-se a dilapidação do Estado brasileiro, que prosseguiu no mandato de José Sarney (1985-1990). Naquele período a pregação antissocial neoliberal encontrou terreno fértil em solo brasileiro. Fernando Collor (1990-1992), com seu discurso de caça aos marajás, deu prosseguimento às políticas neoliberais. Infundiu-se na população o desespero, que via no Estado desperdiçador a causa da má distribuição de renda e depredação da saúde, da educação e demais políticas sociais.

O neoliberalismo à brasileira, “avacalhado e avacalhador” (Oliveira, 1995, p. 26), incipiente, não podia contar com a força repressora do Estado como no caso chileno, deparava-se com uma forte burguesia²⁰ industrial protegida pelo Estado e com um movimento social e político de esquerda com capacidade de resistência. Nisso consiste, segundo Sader (1995), a especificidade do neoliberalismo brasileiro. No governo ponte de Itamar Franco (1990-1994), a hiperinflação foi administrada paulatinamente para ser lançada em seguida a ideologia neoliberal como solução. “O receituário do Plano Real possuía letalidade entre nós por duas facetas: enquanto a economia se recuperava, o social piorava” (Oliveira, 1995, p.26).

Para Oliveira (1995), o grande mal que o neoliberalismo provocou no Brasil dos anos 1990 foi o ataque à esperança. Confrontou os movimentos populares e enfraqueceu os sindicatos e movimentos operários. Ao destruir o princípio da esperança dos progressistas abriu caminho para uma onda conservadora de que o Brasil não tinha memória.

Seguindo o percurso histórico do capitalismo em sua versão neoliberal atual, pode-se afirmar com Salama (1995) que o futuro do capitalismo é o próprio capitalismo, podendo ser um capitalismo neoliberal mais selvagem ainda ou um capitalismo liberal ou social democrata. “O neoliberalismo fracassa e, quando o faz, as razões não são atribuídas ao próprio programa de ajuste, mas à aparente ausência do mercado e à onipresença do Estado (Salama, 1995, p. 51). Os êxitos aparentes e efêmeros do

¹⁹ A Ditadura Militar brasileira foi o regime instaurado em 1 de abril de 1964 e que durou até 15 de março de 1985, sob comando de sucessivos governos militares (Nota dos pesquisadores).

²⁰ Em uma nota à edição inglesa do “Manifesto do Partido Comunista” de 1888, no capítulo denominado “Burgueses e Proletários” Engels (2011, p. 45) assim define a burguesia: “Por burguesia entende-se a classe dos capitalistas modernos, que são proprietários dos meios de produção social e empregam trabalho assalariado”. Esclarece-se que este é o sentido de burguesia que se adota no presente texto.

neoliberalismo foram à custa das políticas sociais. A dominação absoluta do mercado, como única alternativa oferecida pelos neoliberais para a crise consiste numa das suas debilidades.

Jorge Mattoso (2013), ao fazer um balanço dos primeiros dez anos de governo do Partido dos Trabalhadores - PT (2003-2013), relata que no início do primeiro governo Lula (2003-2006) houve a necessidade de combater a especulação, com medidas que buscavam recuperar o controle da macroeconomia. Foram feitas minirreformas tributária e previdenciária, elevação dos juros e controle fiscal. Contudo, não foi só isso que o PT fez, o qual o diferenciou das políticas estabelecidas no pós-1994, controlando a inflação, mas com escasso crescimento. Mesmo que flertando com as políticas econômicas neoliberais (por exemplo, as privatizações) o governo do Partido dos Trabalhadores lançou uma série de ações políticas no campo social, sobretudo na redistribuição de rendas, no combate à pobreza, à fome, ao acesso às universidades, etc. Sader (2013) caracteriza os governos Lula e Dilma de pós-neoliberais, por priorizar as políticas sociais e não o ajuste fiscal, os processos de integração regional e não os tratados de livre-comércio com os Estados Unidos e a priorização do papel do Estado como promotor do crescimento econômico e da distribuição de rendas em vez do Estado mínimo e da centralidade do mercado.

Contudo, houve um surgimento de um fenômeno alertado por Chaui (2013), trata-se do paradoxo de se dizer no Brasil, depois de dez anos de políticas contrárias ao neoliberalismo, que os trabalhadores ascenderam à classe média, quando na verdade o que cresceu foi a classe trabalhadora. Houve, de fato, uma transformação na composição da sociedade brasileira. Isso em decorrência dos programas de transferência de renda, inclusão social, garantia do emprego e aumento do salário mínimo. No entanto, se encontram elementos trazidos do neoliberalismo: fragmentação, terceirização e precarização do trabalho. Concluí Marilena Chaui, relatando o que ocorreu nos anos de governo petista:

o crescimento de assalariados no setor de serviços não é crescimento da classe média, e sim de uma nova classe trabalhadora heterogênea, definida pelas diferenças de escolaridade e pelas habilidades e competências determinadas pela tecnociência (Chaui, 2013, p.129).

Apesar de ser nítido o crescimento econômico e social no Brasil, o neoliberalismo determinou a difusão em toda a sociedade da ideologia da

competência, traduzida em meritocracia, da racionalidade do mercado, prometendo sucesso através do consumo de bens e serviços que indicam autoridade. A nova classe trabalhadora surgida desse período é fragmentada e dispersa, adere facilmente ao individualismo agressivo e competitivo (Chauí, 2013).

A ideia de inclusão social promovida pelo governo petista não é suficiente. Marilena Chauí apresenta o que falta ainda às políticas de Estado para avançar no processo democrático no país:

uma reforma tributária que opere sobre a vergonhosa concentração da renda e faça o Estado passar da política de transferência de renda para a da distribuição e redistribuição da renda; uma reforma política, que dê uma dimensão republicana às instituições públicas; uma reforma social, que consolide o Estado do bem-estar social como política do Estado e não apenas como programa de governo; e uma política de cidadania cultural capaz de desmontar o imaginário autoritário, quebrando o monopólio da classe dominante sobre a esfera dos bens simbólicos e sua difusão e conservação por meio da classe média (Chauí, 2013, p.133).

No Brasil contemporâneo a hegemonia neoliberal e sua expressão política por meio do neoconservadorismo é observada com mais nitidez conforme enxergava Borón (1995). O resultado mais visível foi o enfraquecimento do Estado e dos direitos trabalhistas. O Estado está cada vez mais submisso aos interesses das classes dominantes e aos pés das instituições guardiãs da grande burguesia internacional: o FMI, o Banco Mundial e o regime econômico em torno do dólar. “O Banco Mundial e o FMI se converteram em um gigantesco *think tank* do neoliberalismo” (Borón, 1995, p. 95).

Segundo a pesquisa de Lima e Hypolito (2019), na educação o currículo constitui um campo de disputa por parte dos neoconservadores e do assim chamado ‘mercado’. O Novo Ensino Médio, o Plano Nacional de Educação (PNE), 2014-2024 (Brasil, 2015), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2023), o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim) (Brasil, 2019), e o homeschooling (educação doméstica) são exemplos dos avanços (ou retrocessos) e interferências da articulação política da ala conservadora do parlamento brasileiro, apoiados e incentivados por atores externos à política, ligados ao mercado, que fazem da educação um lucrativo negócio. Além de agradar interesses escusos do mercado, os avanços conservadores na educação objetivam uma perspectiva de sociedade menos plural. O cerne do projeto Escola sem Partido (Projeto de Lei nº 7.180, de 2014) e toda a discussão da assim chamada ‘Ideologia de Gênero’ vão nesta direção.

A diversidade religiosa, sexual e de gênero são constantemente combatidas pela Bancada da Bíblia (Frente Parlamentar Evangélica formada por evangélicos e católicos) e outros setores conservadores da sociedade. O ensino que implica o ato de educar, formar um ser humano crítico em todas as dimensões de sua personalidade, não é visto com bons olhos por defensores de uma outra escola que não seja a democrática, laica, pública e de qualidade. Frigotto (2017, p. 8) expõe o incômodo por parte daqueles que defendem a ausência do confronto de ideias e visões plurais na escola ao afirmar o seguinte:

É o ato de educar, como mediação complexa da formação humana, que é alvo do conservadorismo das elites empresariais e de grupos político- religiosos por intermédio de seus intelectuais e parlamentares comprometidos com o atraso em termos inquisitoriais: “A pedagogia da confiança e o diálogo crítico são substituídos pelo estabelecimento de uma nova função: estimular os alunos e seus pais a se tornarem delatores”. Isto porque incomoda aos setores conservadores do país que o ato de educar seja um “confronto de visões de mundo, de concepções científicas e de métodos pedagógicos, desenvolver a capacidade de ler criticamente a realidade e constituírem-se sujeitos autônomos”.

O clima persecutório às diferenças e a aversão aos professores, tidos como doutrinadores, são sintomas de desagregação social que, noutras épocas históricas, levaram a regimes totalitários nazifascistas (Frigotto, 2017). Ainda segundo este filósofo e pedagogo, o que se tornou insuportável para a classe dominante é que a escola não adestre seus alunos para o que os defensores do mercado e do lucro consideram importante para a classe trabalhadora: que se tornem mão de obra pseudoformada²¹ e barata. Difundem a ideologia de que a função da escola pública é a de ensinar competências – que interessam ao mercado – e não conhecimento (Silva; Souza, 2018).

Silva e Souza (2018) alertam para mais uma especificidade do neoconservadorismo brasileiro. Os movimentos conservadores atraíram para suas causas a classe trabalhadora. Ao defenderem bandeiras como família, educação, moralidade e segurança criam uma ilusão na sociedade que falseia a realidade exploratória e desigual presentes no país. Na esteira do *slogan* do último governo autoproclamado conservador dos costumes e liberal na economia – ‘Deus, Pátria e

²¹ A Concepção de pseudoformação adotada nesta análise é a mesma cunhada por Adorno (2004, p. 95), a partir do texto “Teoria de la Pseudocultura”, com o seguinte sentido: “Dentro do clima da pseudocultura perduram os conteúdos objetivos coisificados, com caráter de mercadoria, da educação ao preço de seu conteúdo de verdade e de sua relação viva com sujeito vivos, isto corresponderia mais ou menos a sua definição”.

Família' – defendem a censura e cerceamento de políticas inclusivas e criminalizam os movimentos sociais. O objetivo na educação é obter o controle privado da educação pública, principalmente, pelo controle e censura do currículo escolar.

Na última década, sobretudo, surgiram e atingiram o ápice do protagonismo, seguido às vezes de ostracismo, diversos movimentos conservadores que, através das redes sociais, influenciaram enormemente o pensamento político da sociedade brasileira, especialmente levantando bandeiras no campo da educação. Entre muitos, podem ser elencados os seguintes: Associação Docentes Pela Liberdade, Movimento Brasil Livre²², Movimento Escola Sem Partido, Movimento Endireita Brasil, Movimento Vem pra Rua etc. As manifestações sociopolíticas das assim chamadas Jornadas de Manifestações de Junho de 2013 abriram diversas oportunidades para tais grupos. Para Silva e Souza (2018, p. 10), tais coletivos

[...] difundem as suas ideias por meio das redes sociais digitais, como Facebook, WhatsApp, Blogs etc. Trabalham com valores conservadores e se dizem neutros, defendem privatização e demonizam a escola pública e os professores, defendem a liberdade e atuam para criminalizar os movimentos sociais da classe trabalhadora. Com isso, tentam enfraquecer as conquistas advindas de lutas coletivas, de sujeitos coletivos e políticas constituídas com a participação de diversos segmentos sociais.

A maioria dos sujeitos pertencentes a esses movimentos passaram das ruas (2013) às urnas (2015; 2018 e 2022). Sistemáticamente ocupam o espaço público para assim, através do poder legislativo, defenderem a lógica empresarial no campo da educação. Seus discursos são pautados por um moralismo seletivo que cooptam juventudes e famílias descontentes com a conjectura política (Silva; Souza, 2018). Inclusive o descontentamento popular é forjado e amplamente propalado nas redes sociais pelo discurso anti-histórico, anticomunismo, antipetismo, antilulismo, anticiência, 'anti' quase tudo que signifique ampliação de direitos sociais e pensamento crítico.

O que está em jogo é um embate entre dois projetos de Estado na consecução da qualidade da educação pública. Não se discute a necessidade de ampliar a qualidade da educação, mas como alcançá-la. Contudo, um projeto está alinhado à noção de qualidade total advinda do controle, gerenciamento e privatização e o outro

²² Para um maior aprofundamento sobre este coletivo juvenil conservador está a dissertação de mestrado Processos formativos de jovens conservadores: discursividade política do Movimento Brasil Livre (MBL), de Gessione Alves da Cunha. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/4749>

concebe tal qualidade como resultado de uma gestão democrática e participativa, como deve ser num país democrático que tem responsabilidades sociais afixadas pela Constituição Federal (Silva; Souza, 2018). Nos coletivos conservadores supracitados

[...] não há lugar para a participação popular. Há disputas por verbas públicas para a iniciativa privada e há determinação e vigilância jurídicas em relação à participação dos coletivos de trabalhadores nos debates e no controle social das políticas (Silva; Souza, 2018, p. 20).

Para Sepulveda e Sepulveda (2016), discursos conservadores carregados de senso comum, sedutores, têm obtido fácil aceitação de uma significativa parcela da sociedade. Tal discurso ideológico, cuja retórica subjetiva dificulta caracterizá-lo, só poderá ser bem conhecido na medida em que se conheça bastante sobre o movimento conservador no país e no período em questão. Ele não é exclusivo de nenhuma classe social, dificultando ainda mais relacioná-los a categorias clássicas do materialismo histórico dialético.

O resultado das eleições presidenciais de 2022 reavivou a esperança, por parte dos movimentos e setores à esquerda, no prosseguimento do combate aos discursos neoconservadores e neoliberais que atentam contra a educação pública democrática. Contudo, a sociedade elegeu um parlamento majoritariamente conservador e isso exigirá uma redobrada atenção, vigilância e futuras análises para continuar compreendendo os movimentos conservadores em direção à educação pública brasileira.

Pode-se fazer uma tentativa de conclusão dessa primeira parte tomando como empréstimo a análise da filósofa Marilena Chauí:

O neoliberalismo não é uma lei natural nem uma fatalidade cósmica, nem muito menos o fim da história. Ele é a ideologia de uma forma histórica particular assumida pela acumulação do capital, portanto, algo que os homens fazem em condições determinadas, ainda que não o saibam, e que podem deixar de fazer se, tomando consciência delas, decidirem organizar-se contra elas (Chauí, 2014, p.111).

Em suma, o panorama mais realista e visível das consequências da doutrina neoliberal é o Estado à deriva cada vez mais de suas incumbências sociais. Assim, há depreciação da coisa pública, há exaltação da eficiência da iniciativa privada em detrimento do serviço público, como se o empreendedorismo – palavra cara aos neoliberais – só fosse possível nas empresas privadas. Dessa forma, o indivíduo

torna-se o único responsável por sua infelicidade e subjacente a esse discurso, há um outro elegante de meritocracia (Bourdieu, 1998).

No Brasil contemporâneo, observa-se uma movimentação peculiar que Bourdieu já descrevia há mais de 20 anos: “de forma geral, o neoliberalismo faz voltar, sob as aparências de uma mensagem muito chique e muito moderna, as ideias mais arcaicas do patronato mais arcaico” (Bourdieu, 1998, p. 49). A nova revolução conservadora tem como bandeira o progresso, a razão e a ciência (que no caso se trata da economia). O neoliberalismo conservador, ainda segundo Bourdieu (1998), exalta a lei do mercado, que consiste na lei do mais forte, da concorrência desigual, glorifica a volta a um capitalismo radical, sem freio, com novas técnicas de manipulação, como podem ser o marketing, a publicidade comercial, as pesquisas de mercado, etc.

Há no neoliberalismo uma espécie de “neodarwinismo social” (Bourdieu, 1998, p. 58). É apresentada uma sociedade em que os melhores e mais brilhantes são os que triunfam. Não há nada de mais conservador e arcaico nessa visão. A inevitabilidade histórica que se fundava no primado das forças produtivas, sem outra regulação a não ser as vontades concorrentes dos produtores individuais. O programa neoliberal encontra sua força político-econômica naqueles cujos interesses ele representa: acionistas, operadores financeiros, industriais, políticos conservadores ou social-democratas etc. (Bourdieu, 1998). Tal concepção explica os posicionamentos do Governo Federal e de diversos apoiadores em relação à pandemia do Coronavírus surgida no ano de 2020.

Enfim, trata-se de um discurso e de uma prática que se centra principalmente na redução do custo da mão de obra, cortes das despesas públicas (veja-se no Brasil o Projeto de Emenda Constitucional do teto dos gastos públicos em 2016, congelados por 20 anos, sendo tão bem nomeada pela oposição de “PEC da morte”), flexibilização do trabalho (reforma trabalhista do governo Temer²³ de 2017). Em sua maioria, essas políticas vêm ditadas pelo FMI e outros organismos internacionais. Um programa que destrói metodicamente os coletivos e a visão coletiva da sociedade, visando lidar apenas com o indivíduo, ainda que se trate de empresa, sindicato ou família (Bourdieu, 1998).

²³ Michel Miguel Elias Temer Lulia é um político, advogado e escritor brasileiro, que serviu como o 37.º Presidente do Brasil de 31 de agosto de 2016, empossado após o impeachment da titular, Dilma Rousseff, a 1 de janeiro de 2019.

A fé dos liberais no crescimento econômico, irracional à primeira vista, e tão característica de nossas atuais teorias políticas e econômicas depende da noção de crescimento contida na ideologia neoliberal. A função de toda ação, entendida por Arendt como política, diferente do simples comportamento, é interromper aquilo que de outra maneira prosseguirá automaticamente, de forma previsível (Arendt, 1950). Não há verdadeira democracia sem verdadeiro contrapoder crítico. “O que está em jogo hoje é a reconquista da democracia contra a tecnocracia: é preciso acabar com a tirania dos especialistas, estilo Banco Mundial ou FMI” (Bourdieu, 2011, p.39).

A gênese do neoliberalismo é um fato histórico conhecido, seu local, seus autores e sua propagação. Contudo, o percurso histórico não está acabado. As políticas neoliberais estão em curso e faz-se necessária uma contínua observação e ulteriores pesquisas para acompanhar os seus desdobramentos. Neste estado de coisas, convém retornar a Adorno e suas análises sobre a educação e a formação na conjectura da sociedade administra, no estágio do capitalismo avançado, o que se denomina na atualidade, neoliberalismo.

3.2 Adorno e a educação brasileira na contemporaneidade: limites e possibilidades

O liberalismo conservador é a ideologia sociopolítica com a qual radicais de direita enxergam o mundo, o campo da educação não é exceção. Neste sentido, Adorno traça acirradas críticas à educação tradicional. Sua abordagem dialética destaca a alienação do pensamento mecânico e a necessidade de uma educação que promova o pensamento crítico. Assim, o pensamento adorniano podem ser pertinentes para o enfrentamento dos desafios da educação no Brasil contemporâneo, marcado por disparidades socioeconômicas e por um sistema educacional, muitas vezes, preso a estruturas arcaicas.

No Brasil, as concepções pedagógicas tradicionais pautaram sempre a centralidade do processo de ensino-aprendizagem na centralidade do professor. Sua tarefa seria a de transmitir os conteúdos acadêmicos acumulados pela civilização de acordo a uma gradação lógica. Aos alunos caberia a função de assimilar tais conteúdos (Saviani, 2005). Ainda há no país uma forte marca tradicionalista e

conteudista na educação, em constante embate com visões progressistas da educação crítica.

A pedagogia tradicional iniciou-se no Brasil com a chegada dos jesuítas à Colônia Portuguesa em 1549. Foi inicialmente patrocinada pela Coroa Portuguesa. Pautava-se pela *Ratio Studiorum*²⁴, adotada pelos colégios jesuítas em todo o mundo. Tratava-se, portanto, de uma pedagogia cristã, católica, e marcou hegemonicamente o ensino brasileiro (SAVIANI, 2005). A pedagogia plasmada na *Ratio Studiorum* corresponde à Pedagogia Tradicional.

Saviani (2005) classifica esta filosofia educacional como tradicional religiosa. Os dois grandes expoentes dos métodos jesuítas no Brasil Colônia foram José de Anchieta e Manuel da Nóbrega. À maneira de catequeses, ambos influenciaram na cultura dos indígenas ao aprender seus idiomas e transmitirem a cultura ocidental cristã para os nativos.

A Pedagogia Tradicional concebe a pessoa humana na sua essencialidade. Tal essência, ou natureza, é imutável e universal. Sendo o homem imagem e semelhança divina, cabe à educação “moldar a existência particular e real de cada educando à essência universal e ideal que o define enquanto ser humano” (SAVIANI, 2005, p. 6). O pensamento aristotélico tomista, de vertente cristã, se encarregou de propalar esta visão de homem e de educação, tendo em Tomás de Aquino seu máximo referencial. O tomismo está na base da *Ratio Studiorum*.

Para Libâneo (1985) a Pedagogia Tradicional se encontra dentro da grande tendência educacional chamada por ele de liberal. Segundo o autor:

Na tendência tradicional, a pedagogia se caracteriza por acentuar o ensino humanístico, de cultura geral, no qual aluno é educado para atingir, pelo próprio esforço, sua plena realização como pessoa. Os conteúdos, os procedimentos didáticos, a relação professor-aluno não têm nenhuma relação com o cotidiano do aluno e muito menos com as realidades sociais. É a predominância da palavra do professor, das regras impostas, do cultivo exclusivamente intelectual (Libâneo, 1985, p. 22).

Observa-se uma tendência quase reacionária de tentativas de setores conservadores da sociedade brasileira de um regresso a um modelo aparentemente

²⁴ [A *Ratio Studiorum*] não é um tratado de pedagogia, mas um código, um programa, uma lei orgânica que se ocupa do conteúdo do ensino ministrado nos Colégios e Universidades da Companhia de Jesus e que se impõe métodos e regras a serem observados pelos responsáveis e pelos professores desses Colégios e Universidades (Gomes, 1994, p. 143-144, *apud* Rosa, 2007, n.p).

superado aqui e alhures. Esta pesquisa defende que as reflexões feitas pela Teoria Crítica frankfurtiana podem contribuir para o desenvolvimento de uma educação verdadeiramente democrática no Brasil, superando práticas autoritárias que persistem em alguns setores do sistema educacional.

A educação tradicional, muitas vezes marcada pela rigidez estrutural e pela memorização mecânica, encontra em Adorno um crítico contundente. Seu enfoque dialético, delineado em obras como “Dialética do Esclarecimento”, destaca a necessidade de superar a alienação intelectual, promovendo uma educação que fomenta o pensamento crítico.

A interligação intrínseca entre a esfera educacional e formativa e a reflexão teórica, social, política e filosófica evidencia-se como a expressão mais imediata e fundamental do núcleo temático central da Escola de Frankfurt: a inter-relação entre teoria e prática. No pensamento de Adorno, a teoria social não é meramente um exercício intelectual distante, mas, ao contrário, configura-se como uma abordagem formativa, imersa na moldagem da compreensão e da sensibilidade do sujeito.

Simultaneamente, a reflexão educacional sob a perspectiva adorniana representa uma focalização política e social, transcendendo o mero processo de transmissão de conhecimento para se tornar uma verdadeira educação política. Nesse sentido, Adorno propõe uma abordagem educacional que não apenas instrui, mas que também incita a uma compreensão crítica da realidade social, promovendo a formação de indivíduos capazes de engajar-se ativamente na transformação e aprimoramento da sociedade.

Na contramão do que foi afirmado acima, observa-se um clima persecutório às diferenças e uma aversão aos professores, tidos como doutrinadores, que denotam sintomas de desagregação social que, noutras épocas históricas, levaram a regimes totalitários nazifascistas (Frigotto, 2017). Ainda segundo o pedagogo, o que se tornou insuportável para a classe dominante é que a escola não adestre seus alunos para o que os defensores do mercado e do lucro consideram importante para a classe trabalhadora: que se tornem mão de obra semiformada (ou pseudoformada) e barata. Difundem a ideologia de que a função da escola pública é a de ensinar competências – que interessam ao mercado – e não conhecimento (Silva; Souza, 2018). Nas palavras de Adorno:

A formação cultural agora se converte em uma semiformação socializada, na onipresença do espírito alienado, que, segundo sua gênese e seu sentido, não antecede à formação cultural, mas a sucede. Desse modo, tudo fica aprisionado nas malhas da socialização (Adorno, 1996, p. 389).

Os coletivos neoliberais e neoconservadores que aspiram pelo controle da educação pública funcionam não como movimentos sociais, mas como *lobbies* que defendem os interesses da burguesia capitalista. Aqui, sem aprofundar em cada uma, podem ser citadas as seguintes fundações: Todos pela Educação, Instituto Ayrton Senna, Fundação Lemann²⁵ etc. Sobre essa última sabe-se, de acordo com o seu relatório de 2016, que a instituição ajudou a articular o trabalho de 78 pessoas e organizações que se uniram para aprimorar a BNCC. “Este compromisso e trabalho intenso foram fundamentais para assegurar a construção de uma política pública de Estado e não de governo, mesmo no contexto político instável que marcou o país”, diz o documento institucional (Azevedo, 2016, s.p). Nota-se que o interesse não é só o de contribuir economicamente com a educação pública, mas também o de gerenciar e tomar as rédeas de sua condução.

Finalmente, para concluir a discussão sobre o conservadorismo, a educação e a formação humana sob a perspectiva da Teoria Crítica frankfurtiana, apresenta-se o corolário dessa pesquisa com os conceitos de educação para a emancipação em oposição à barbárie.

3.3 Educação e formação humana: emancipação versus barbárie

Os liberais tendem a priorizar a liberdade irrestrita ao indivíduo para escolher o conteúdo, o lugar, o mestre e o ritmo do estudo. Defendem também que se facilite a comercialização da educação por parte daqueles que possam investir. Sublinha-se o posicionamento regressivo em sua percepção de políticas públicas, inculcado pela ideologia neoliberal nos membros. Quando propõe a militarização das escolas “em

²⁵ Apoiamos organizações e fazemos parte de coalizões e movimentos que buscam garantir que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) seja implementada com qualidade em todo o Brasil: Movimento pela Base, Educação Já, Instituto Reúna e Nova Escola. Trabalhamos em articulação com Consed e Undime no monitoramento do avanço da implementação da BNCC. Produzimos insumos técnicos e orientações para orientar gestores públicos e ainda atuamos com instituições de pesquisa de ponta no Brasil e no exterior para avaliar a implementação da BNCC e propor recomendações. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/politicas-educacionais>. Acesso em: 06 dez. 2023.

área de risco”, onde a iniciativa privada não possa ir, desvelam os interesses escamoteados por trás das bandeiras levantadas. Estão a dizer que onde não seja possível satisfazer a sanha por lucros da iniciativa privada, o Estado deve intervir, e através de uma intervenção militarizada.

Os conservadores, ciosos dos valores morais e religiosos, defendem o ensino dos filhos pelos próprios pais, já que a escola pública brasileira está tomada de “doutrinação esquerdista e marxista”. Para inculcar os valores religiosos, morais e disciplinares as escolas militares vêm sendo acolhidas sem resistência por parte da nova classe média ou nova classe trabalhadora. Para conservar “seu patrimônio familiar e religioso”, consideram importante vigiar os professores em sala de aula para evitar a doutrinação marxista, enquanto esperam o dia em que possam ensinar, eles mesmos, seus filhos em casa.

Para Adorno, a educação não emancipa necessariamente. Tal pensamento vai ao encontro do que dizia o Patrono da educação brasileira: “se a educação sozinha, não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (Freire, 2000, p.67). Para Adorno

um primeiro passo da conscientização de si mesmo é não assumir a estupidez como integridade moral superior; não difamar o esclarecimento, mas resistir sempre em face da perseguição aos intelectuais, seja qual for a forma em que esta se disfarça (Adorno, 1995, n.p).

Neste sentido, cabe aqui refletir sobre o conceito adorniano de barbárie, em oposição à concepção de educação emancipadora do indivíduo. Em primeiro lugar, para Adorno (1995, n.p), formação significa pensar problematicamente conceitos. Em outras palavras:

a formação cultural é justamente aquilo para o que não existem à disposição hábitos adequados; ela só pode ser adquirida mediante esforço espontâneo e interesse, não pode ser garantida simplesmente por meio da frequência de cursos, e de qualquer modo estes seriam do tipo “cultura geral”. Na verdade, ela nem ao menos corresponde ao esforço, mas sim à disposição aberta, à capacidade de se abrir a elementos do espírito, apropriando-os de modo produtivo na consciência, em vez de se ocupar com os mesmos unicamente para aprender, conforme prescreve um clichê insuportável. Se não fosse pelo meu temor em ser interpretado equivocadamente como sentimental, eu diria que para haver formação cultural se requer amor; e o defeito certamente se refere à capacidade de amar. Instruções sobre como isto pode ser mudado são precárias. Em geral a definição decisiva a respeito se situa numa fase precoce do desenvolvimento infantil. Mas seria melhor que quem tem deficiências a este respeito, não se dedicasse a ensinar. Ele não apenas perpetuará na escola aquele sofrimento que os poetas denunciavam há

sessenta anos e que incorretamente consideramos hoje eliminado, mas além disto dará prosseguimento a esta deficiência nos alunos, produzindo ad infinitum aquele estado intelectual que não considero ser o estado de uma ingenuidade inocente, mas que foi co-responsável pela desgraça nazista.

Em oposição ao que entende por formação, Adorno apresenta sua concepção de barbárie:

Entendo por barbárie algo muito simples, ou seja, que, estando na civilização do mais alto desenvolvimento tecnológico, as pessoas" se encontrem atrasadas de um modo peculiarmente disforme em relação a sua própria civilização — e não apenas por não terem em sua arrasadora maioria experimentado a formação nos termos correspondentes ao conceito de civilização, mas também por se encontrarem tomadas por uma agressividade primitiva, um ódio primitivo ou, na terminologia culta, um impulso de destruição, que contribui para aumentar ainda mais o perigo de que toda esta civilização venha a explodir, aliás uma tendência imanente que a caracteriza. Considero tão urgente impedir isto que eu reordenaria todos os outros objetivos educacionais por esta prioridade (Adorno, 1995, p.154).

Assim, educação, entendida como formação humana de todo indivíduo e do indivíduo todo, contrapõe-se à barbarização do sujeito. Desde uma perspectiva positiva, formação para a emancipação e para a autonomia. Adorno empresta o conceito kantiano para falar de maioridade intelectual, ou seja, tornar-se uma pessoa esclarecida. *Sapere aude!* Atreve-te a pensar, ousa saber, eis o grande convite da educação proposta pela Teoria Crítica Frankfurtiana.

Considerações finais

Esta pesquisa empreendeu uma incursão na Teoria Crítica, notadamente no pensamento de Theodor Adorno, e nos fundamentos socio-históricos-filosóficos do pensamento conservador, explorando suas interseções e desafios no contexto educacional brasileiro contemporâneo.

Ao refletir sobre a Teoria Crítica frankfurtiana, pudemos destacar sua perspectiva histórica e as contribuições singulares de Theodor Adorno para a compreensão crítica da sociedade. Sua abordagem formativa da teoria social e a ênfase na educação como uma ferramenta política revelam-se como elementos-chave na construção de uma consciência crítica e na resistência ao conservadorismo que permeia diversas esferas sociais.

A análise aprofundada sobre os conservadorismos, sua trajetória histórica e as manifestações contemporâneas, especialmente no Brasil, proporcionou uma compreensão mais ampla das forças que moldam a educação. O exame das condições gerais da educação no Brasil neoliberal sublinhou a urgência de repensar paradigmas educacionais em face das ameaças de políticas e posicionamentos conservadores que comprometem a emancipação e a formação humana.

Adentrando especificamente na interface entre Adorno e a educação brasileira contemporânea, evidenciam-se limites e possibilidades. A dialética adorniana e sua crítica à educação tradicional oferecem elementos para a transformação, mas esbarram em desafios estruturais e resistências conservadoras. Contudo, a visão de Adorno sobre a estética, cultura e democracia educativa oferece um caminho promissor para superar esses desafios, fomentando uma educação politicamente consciente e socialmente emancipadora.

A busca por uma educação que promova a emancipação versus a barbárie se torna, portanto, o cerne da reflexão final. Adorno, ao propor uma educação crítica e esteticamente enriquecedora, sugere um caminho para resistir aos elementos conservadores que permeiam o cenário educacional brasileiro. Essa resistência não é apenas teórica, mas sim uma prática cotidiana que demanda um compromisso ativo com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Nesse sentido, a tarefa que se delineia para os educadores, pesquisadores e agentes de transformação é a de engajar-se na desconstrução de posicionamentos radicais e antidemocráticos, promovendo uma educação que não apenas transmita conhecimento, mas que também capacite os indivíduos a questionar, a resistir e a participar ativamente na construção de um futuro mais democrático e inclusivo. Afinal, a interseção entre a Teoria Crítica adorniana e os desafios impostos por políticas conservadoras, inclusive reacionárias, na educação brasileira aponta para a necessidade de um comprometimento integral com a emancipação humana e a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Dialética Negativa**. Trad. Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

ADORNO, Theodor W. **Antissemitismo e propaganda fascista**. In T. W. Adorno, *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise* (p. 137-151). Editora Unesp, 2015a.

ADORNO, Theodor W. *et al.* **Estudos sobre a personalidade autoritária**. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

ALMEIDA, R. de. A onda quebrada: evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 50, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8650718>. Acesso em: 5 dez. 2023.

APPLE, Michael Whitman. **Política cultural e educação**. Tradução de José do Amaral Ferreira. São Paulo: Cortez, 2000.

ARENDT, Hannah. **O que é política?** 1950. Disponível em: <<http://abdet.com.br/site/wp-content/uploads/2014/11/O-que-%C3%A9-pol%C3%ADtica.pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2023.

AZEVEDO, Rodrigo. **Quem são e quanto gastam as fundações privadas que investem na educação**. Gazeta do Povo. 15 dez. 2017.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. O conceito de esclarecimento. In: **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Trad. Guido Antônio de Almeida. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

BONAZZI, Tiziano. Verbete conservadorismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora UNB. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1998.

BORÓN, Atilio. **A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal**. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir. *Pós-neoliberalismo: as políticas e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 63-118.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Trad.: Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos 2**: por um movimento social europeu. Trad.: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CAVALCANTE, Sávio. Classe Média e Conservadorismo Liberal. In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo *et al.* **Direita, volver!** O retorno da direita e o ciclo político Brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

CHAUI, Marilena. **Uma nova classe trabalhadora**. In: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. Emir Sader (org.). São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

CHAUI, Marilena. **Ideologia neoliberal e universidade**. In: _____ *Ideologia da competência*. Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014, p. 85-111 (Coleção de escritos de Marilena Chauí; v.3).

CONSERVADOR. In: DICIO, **Dicionário Online de Português**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/conservador/>. Acesso em: 23 fev. 2023.

COUTINHO, João Pereira. **As ideias conservadoras**: explicadas a revolucionários e reacionários. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

FRANÇA, Fabiano Leite. Constelação, parataxe e ensaio: os arcanos do pensamento da não identidade. **Trans/Form/Ação** [Internet]. 2022Oct;45(4):33-54. Available from: <https://doi.org/10.1590/0101-3173.2022.v45n4.p33>

FREITAS, L. C. A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIGOTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo Real*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Apresentação do livro e A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, G. (org.). **Escola “sem” Partido**. Rio de Janeiro, LPP/UERJ, 2017.

FUNDAÇÃO LEMANN. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/> Acesso em: 05 mar. 2023.

JAY, Martin. **A imaginação dialética**: História da Escola de Frankfurt e do instituto de pesquisas sociais 1923-1950. Trad. Vera Ribeiro. Revisão de tradução: César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

LASTÓRIA, Luiz Antônio Nabuco; ZAMBEL, Luciana. **Educação e emancipação em T. W. Adorno**: contribuições para a formação de professores. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v.11, n.4, p.2205-2218, 2016.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 20ª. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

LIMA, Iana Gomes de; HYPOLITO, Álvaro Moreira. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. **Educação e Pesquisa** [online]. 2019, v. 45. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-463420194519091>. Acesso em: 28 fev. 2023.

MATTOSO, Jorge. In: **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. Emir Sader (org.). São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil 2013.

MERCADANTE, Paulo. **A Consciência Conservadora no Brasil**: contribuição ao estudo da formação brasileira. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.

OLIVEIRA, Francisco de. **Neoliberalismo à brasileira**. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir. *Pós-neoliberalismo*: as políticas e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 24-28.

PUCCI, Bruno. **Ensaio Filosófico-Educacionais**: Teoria Crítica e Educação. Vol. 1. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

ROSA, Teresa Maria Rodrigues da Fonseca. A matriz pedagógica jesuíta e a sistemática escolar moderna. **História da Educação** [online]. v. 21, n. 53, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-3459/71138>. Acesso em: 24 ago. 2022.

SADER, Emir. **A hegemonia neoliberal na América Latina**. In: GENTILI, Pablo; SANDER, Emir. *Pós-neoliberalismo*: as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 35-37.

SALAMA, Pierre. **Para uma nova compreensão da crise**. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir. *Pós-neoliberalismo*: as políticas e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 51-53.

SCRUTON, Roger. **Conservadorismo**: um convite à grande tradição. Rio de Janeiro: Record, 2019.

SEPULVEDA, José Antonio; SEPULVEDA, Denize. Conservadorismo e educação escolar: um exemplo de exclusão. **Revista Movimento**, Universidade Federal Fluminense, 2016.

SILVA, Ivan Henrique de Mattos e. “Liberal na economia e conservador nos costumes”: uma totalidade dialética. **Rev bras Ci Soc** [Internet]. 2021;36(107):e3610702. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/gm56SyjkxQcyZrCZWs7rG7v/#>. Acessado em: 04 dez. 2023.

SILVA, André Luiz Batista da; SOUZA, Maria Antônia de. Movimentos conservadores no âmbito da educação no Brasil: disputas que marcaram a conjuntura 2014 a 2018. **Revista Crítica Educativa** (Sorocaba/SP), v. 4, n. 2, p. 7-23, jul./dez., 2018.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. Edmund Burke e a gênese conservadorismo. **Serv. Soc.**, São Paulo, n. 126, p. 360-377, maio/ago. 2016.

WIGGERSHAUS, Rolf. **A Escola de Frankfurt**: história, desenvolvimento teórico, significação política. Trad. Vera de Azambuja Harvey. São Paulo: Difel, 2002.

SAVIANI, Dermeval. **As concepções pedagógicas na história da educação brasileira**. Campinas, UNICAMP, Projeto “20 anos do HISTEDBR”, 2005.